

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 049

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE MAIO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Ofício 03Lid.

Curitiba, em 02.05.2000.

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo respeitosamente, solicito que seja retirado o nome do deputado Renato Gaucho - de membro da CPI dos medicamentos.

O deputado já está incluído no quadro da CPI de Roubo de Cargas e estando em duas não terá tempo disponível para a dedicação que o assunto merece.

Sem mais, despeço-me.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

Of. 050/2000

Senhor Presidente.

Objetiva o presente, solicitar a Vossa Excelência que se digne determinar ao departamento competente desta Casa de Leis, marcar uma sessão solene, dia 11 de outubro do corrente ano, no Plenário desta Assembléia Legislativa, pela passagem dos 75 anos da chegada dos Irmãos Maristas em nosso Estado, denominado Encontro 2000.

Contando com a atenção de Vossa Excelência, agradecemos antecipadamente, reiterando votos de estima e distinguida consideração.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) CESAR SELEME

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 751

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 134/2000, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Lei nº 7747, de 18 de outubro de 1983, denominado Via do Conhecimento, o trecho que liga o trevo da Polícia Rodoviária km 0,0 até o km 3,0 da PR-469, município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a custear despesas com exames de DNA.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER licença para tratamento de saúde de 121 (cento e vinte e um) dias, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 769

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação ao Projeto de Lei nº 102/2000, de autoria do deputado Irineu Colombo e José Maria Ferreira ao Projeto de Lei nº 406/99, de autoria do deputado Irineu Colombo e outros, por tratar-se de matéria semelhante (dispõe sobre a redistribuição de quota estadual do salário educação entre o Estado e seus municípios).

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 753

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado em Ata da sessão de hoje, votos de congratulações ao Excelentíssimo prefeito municipal de Porto Rico - Paulo Prates Nogueira e ao Excelentíssimo presidente da Câmara Municipal - João Carlos de Freitas, pelo transcurso do seu 36º aniversário de emancipação do município de Porto Rico, ocorrido no dia 21 de abril do corrente.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O município de Porto Rico comemorou seus 36 anos de emancipação política no dia 21 de abril do corrente, juntamente com os 500 anos do descobrimento do Brasil.

O território municipal foi percorrido por espanhóis e bandeirantes paulistas no século XVI, em alguns de seus pontos mais acessíveis, desde as barrancas do rio Paraná até as margens do Paranapanema, nas longas travessias do sertão realizadas pelos ousados desbravadores.

No início da década de cinquenta, no local que denominaram Porto Rico, instalara-se José Elviner, José Loreno de Lima e as famílias de Manoel Cardoso, Joaquim Campos e Joaquim Lopes, com a finalidade de desbravar a região à procura de terras agricultáveis.

Em 1953, Porto Rico foi elevado à categoria de Distrito Policial, com território pertencente ao município de Paranaíba, todavia, com a criação do município de Loanda em 1957, o distrito passou a sua jurisdição, em 05 de julho de 1956, pela Lei nº 13, se tornou Distrito Administrativo e finalmente em 05 de julho de 1963, foi sancionada a Lei nº 4738, criando o município de Porto Rico.

A instalação oficial deu-se no dia 21 de abril de 1964, sendo o primeiro prefeito municipal eleito, o senhor Manoel Romão Neto.

Esta cidade chamada de sol poente, enche de orgulho os portoriquenses e todos os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de congratulações ao Ilustríssimo senhor James Antonio Camacho Stimamilio Junior, pelo seu trabalho realizado no bairro Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, 11.05.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

James Júnior é uma pessoa especial, é carteiro do CDD Novo Mundo, em Curitiba, há pouco mais de um ano, a Vila Resistência, uma das regiões mais carentes de Curitiba, era um desafio aos carteiros.

Executou por conta própria um trabalho de excelente qualidade, que foi regularizar os CEPS, corrigir os nomes e refazer as numerações das casas do bairro, tendo em vista que havia nomes duplicados e números incorretos de CEP, conscientizou os moradores para usarem o CEP correto, através de folhetos, um trabalho que deu certo.

Levou a mesma informação às empresas públicas do Estado, para atualizar seus cadastros, tendo recebido pelo seu esforço um Diploma de Mérito do Rotary Club.

James é um trabalhador curitibano que nos enche de orgulho, por ser dedicado e preocupado para uma Curitiba melhor.

REQUERIMENTO Nº 755

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao novo Conselho de Administração eleito pela Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá (Rua dos Expedicionários, 269 - Paranaguá-PR).

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, elegeu no dia 10 de abril seu novo Conselho de Administração, que ficou assim composto:

provedor	Osiris do Nascimento Filho
1º vice-provedor	Fernando Camargo P. Caldas
2º vice-provedor	Wilmar Otto Michaelis
1º secretário	Dilton Barreto Goes
2º secretário	Antonio do Carmo T. Neto
1º tesoureiro	Edson Gil Ferreira da Cruz
2º tesoureiro	Paulo Charbub Farah
procurador	Leandro Alberto Bernardi
dir. patrimônio	Paulo Eduardo Wanke
dir. planejamento	Airton Galinari
dir. proj. especiais	Orlando Carvalho Vieira

À todo o novo Conselho de Administração, com desejos de muito sucesso na gestão, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 756

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à APP - Sindicato (Praça Gen. Osório, 77 - Curitiba), pela passagem de seus 53 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A APP-Sindicato está comemorando seus 53 anos de fundação. Fundada em 26 de abril de 1947, a Associação dos Professores do Paraná foi a primeira organização do magistério público estadual, sob a liderança do professor Faustino Fávaro.

A APP-Sindicato enfrentou diversos momentos cruciais e diversos problemas, mas, acima de tudo, sempre esteve presente nas situações mais difíceis enfrentadas pela categoria e pela sociedade.

Em 1988 a Associação foi transformada em sindicato e, a partir de 1997, tornou-se um dos maiores sindicatos de trabalhadores da Educação do país. Este sindicato só cresceu e fortaleceu-se, dia-a-dia.

Pela comemoração de seus gloriosos 53 anos de fundação, receba a APP-Sindicato, através de seu presidente professor Romeu Miranda, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 757

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações pela inauguração da TV Educativa de Ponta Grossa.

A rede da TV Educativa no Brasil vem demonstrando a cada dia que passa, um crescimento significativo noticiando e registrando fatos importantes do Brasil e do mundo. Em consequência vem também conquistando a audiência de todos que têm interesse em boa informação. Agora o município de Ponta Grossa é presenteado com esta grande empresa do ramo da comunicação brasileira.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à diretoria executiva, Rosemar Soares de Abreu, em nome de todos os funcionários da TV Educativa, na Rua Augusto Ribas, 722, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 770

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao município de Braganey, pelo seu 18º aniversário de emancipação política, ocorrido no dia 03 de maio do corrente, e que o teor deste expediente seja levado ao conhecimento do prefeito Armerindo Denardin.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Queremos deixar registrado nos Anais desta Casa as nossas congratulações ao município de Braganey, que através do seu povo ordeiro e trabalhador tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da região e o crescimento do Paraná, cuja cidade tem como prefeito o senhor Armerindo Denardin, o qual tem demonstrado dedicação e empenho no comando daquela municipalidade, exercendo a sua missão com austeridade e competência, buscando sempre proporcionar ao povo daquele pujante município uma melhor qualidade de vida.

REQUERIMENTO Nº 772

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações do “Projeto Piloto - Gêneros Hortifrutigranjeiros”, no programa de merenda escolar.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Há mais de um ano a Fundepar concedeu o projeto de introduzir produtos de hortifruti no programa de merenda escolar, deparando-se, porém, com algumas dificuldades que passaram a ser estudadas, aspectos como logística de distribuição. Qualidade e quantidade ideais compunham esse estudo.

Em visita a Fundepar em agosto de 99, a gerente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão responsável pelo repasse de verba federal aos Estados, sugeriu que os produtos perecíveis fossem introduzidos imediatamente na merenda escolar, até porque existe medida provisória que incentiva a inclusão de hortifruti na merenda.

Vale a pena ressaltar que o programa já era reivindicação antiga dos municípios, através de seus representantes, como diretores de escolas, merendeiras e líderes comunitários, pessoas estas que convivem com as necessidades diárias dos alunos.

Foi assim que surgiu o programa, inicialmente na forma de projeto piloto, uma vez que a Fundepar precisava avaliar a viabilidade do programa, acompanhando cuidadosamente a sua execução, e a monitorando a aceitação por parte dos alunos incluindo a Capital, um total de 50 municípios estão sendo atendidos nessa primeira fase.

Em operação há sete semanas, a aceitação tem superado em muito as expectativas. A manifestação dos diretores de escolas foi imediata, muitos encaminhando

ofícios à Fundepar, preocupados que estão com a continuidade do programa, inclusive pleiteando uma maior abrangência, alcançando um número cada vez de escolares, hoje estimados em 200.000.

Os gêneros de hortifruti introduzidos no cardápio do programa contribuem sensivelmente para a satisfação das necessidades de proteínas e calorias, cujas quantidades mínimas são determinadas pelo FNDE.

Aliada à ótima aceitação verificada através de pesquisa e da percepção clara dos benefícios do programa, cumpre lembrar que o programa colabora com o aumento de divisas para o Estado, uma vez que os produtos oferecidos são oriundos das regiões produtoras localizadas nos próprios municípios, gerando riquezas, produzindo empregos, privilegiando pequenos produtores e abrindo novas frentes de colocação de produtos cultivados pelo próprio Estado.

Desta forma, necessário se faz uma atenção toda especial ao projeto, para que num período breve toda a população em idade escolar do Paraná seja alcançada e beneficiada com uma alimentação digna e saudável, como um grande aliado no combate ao tão nocivo êxodo escolar. É o Estado cumprindo o seu papel.

Do exposto, esperamos contar com a aprovação do presente, pelos nobres parlamentares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato dos Enfermeiros (Rua Cândido Lopes, 289 - 15º andar - Curitiba) e Conselho Regional de Enfermagem (Rua XV de Novembro, 297 - 7º andar - Curitiba) pela comemoração do Dia do Enfermeiro.

Sala de Sessões, em 11.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 12 de maio é comemorado o Dia do Enfermeiro. Estes anjos da guarda, muitas vezes trabalhando incógnitos, possuem um dom: o dom de tratar com carinho de pessoas desconhecidas como se fosse pessoas de suas próprias famílias.

São o corpo e a alma dos Hospitais e Casas de Saúde o auxílio de médicos e pacientes, o primeiro recurso solicitado e o indispensável durante todo o tratamento.

Em todos os casos dos mais simples aos mais graves lá estão eles atentos, dispostos, práticos. São a luz da escuridão dos que estão sozinhos no leito, são a ferramenta eficaz que possibilita a administração do determinado pelos doutores. Em casos de absoluto desengano, eles não desanimam mesmo quando até o paciente já desistiu, eles ainda estão ali, vão até o fim. A sua ação rápida e segura nos momentos de desespero, seu profissionalismo e dedicação muitas vezes são a única marca de esperança de pacientes e familiares.

Por tudo isso, merecem os enfermeiros nosso agradecimento e respeito. E pela comemoração de seu dia, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 132, § 1º, inciso V do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Movimento pela Moralidade da Administração Pública de Londrina, encaminhado moção de aplauso.

Razões do pedido:

No momento de indignação e desalento que vive a sociedade brasileira pelas notícias de corrupção nas diversas esferas de governo, nos quatro cantos do País, veiculadas pela imprensa, o movimento da sociedade de Londrina Paraná deve ser tomado como exemplo e servir de estímulo à luta contra a corrupção e malversação dos recursos públicos em todo o Brasil.

O Movimento pela Moralidade da Administração Pública de Londrina constitui-se numa ação dos londrinenses que conta com apoio de 87 entidades, tendo à frente a Associação Comercial e Industrial, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Sindicato da Construção Civil, o Conselho de Pastores, e a Igreja Católica, o Conselho Comunitário de Segurança, o Sindicato dos Jornalistas, as Lojas Maçônicas, o Centro de Direitos Humanos, o Clube de Engenharia e o Sindicato dos Bancários.

Esse espectro diversificado de sua composição mostra que a sociedade de Londrina despertou para o exercício pleno da cidadania.

Esse movimento deverá servir, também, como uma campanha para a valorização do voto, mostrando ao cidadão que, além, do ato de votar, deve exercer a fiscalização do mandato do eleito, restringindo dessa forma as oportunidades de desmandos e desvios na administração pública brasileira, devolvendo a credibilidade aos políticos.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja consignado Voto de Repúdio ao projeto do Novo Código Florestal Brasileiro, que está tramitando na Câmara federal, pelas razões que em anexo apresentamos.

Requeremos, também, que a decisão deste plenário seja comunicada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Federal e à bancada paranaense com assento naquela Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) BERALDIN

CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOVO CÓDIGO FLORESTAL

1 - Retirada da proteção legal das áreas de preservação permanente;

2 - Desvirtua a figura da reserva legal, que passam a ser implantadas em áreas inaptas e inservíveis;

3 - O uso de espécies exóticas como Pinus para recompor e manter as regiões de Reserva legal prejudicando desta forma a Biodiversidade;

4 - As espécies em extinção ficaram fora do texto e sem proteção legal, sabemos através de estudos que centenas de espécies de vegetação estão condenadas à extinção, como por exemplo a Araucária, Pinheiro do Paraná que corre o risco de desaparecer para sempre;

5 - A dispensa da obrigatoriedade de até 250.000m² de recompor a reserva legal (parte da floresta dentro de cada propriedade, que deve ser mantida intacta), em caso de desmatamento das mesmas, pois grande parte destas propriedades estão localizadas no Paraná, prejudicando a cobertura natural do nosso Estado.

6 - A alteração do limite mínimo da reserva legal que nos demais terrenos é de 20%, podem chegar a 10% da área causando uma diminuição significativa das matas que deveriam ficar intactas dentro das propriedades.

7 - A permissão de desmatamento em áreas de propriedades localizadas no Cerrado de até 80%, e de propriedades na Floresta Amazônica, conhecida como Pulmão do Mundo em até 50%.

8 - O novo código não se aplicará nas áreas urbanas, o que na prática vai facilitar a redução da cobertura natural, que quase já não existe nos perímetros urbanos

REQUERIMENTO Nº 779

Senhor Presidente.

Os deputados, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de cópia do Relatório Parcial nº 2, da CPI - Roubo de Cargas, ao presidente da Câmara Federal e ao presidente do Senado Federal, para ser encaminhado às comissões técnicas que estão estudando a reforma tributária.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2000.

(aa) CESAR SELEME, PASTOR EDSON
PRACZYK, MOYSÉS LEÔNIDAS E
CEZAR SILVESTRI.

REQUERIMENTO Nº 788

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, Requer a douta Mesa Executiva da Assembléia, o encaminhamento, ao senhor governador Jaime Lerner, com o objetivo de levar solução, para o problema da superlotação carcerária, existente dentro da Segurança Pública do Estado da seguinte proposição:

A Constituição da República Federativa do Brasil garante, a todos os brasileiros “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança”. E mais, que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

A violência atinge níveis críticos em todo o país. O clamor social pela melhoria de segurança ecoa em todos os cantos do país que chega aos seus 500 anos. As mortes associadas à violência, atinge cifras semelhantes a dos países em guerra civil. A situação sócio-econômica do Brasil é grave. O desemprego é o fantasma que assusta a todos. Ninguém nasce bandido, mas vira bandido para sobreviver. E dessa violência sem conta surgem outros problemas, entre os quais um dos mais graves é hoje a superlotação das cadeias públicas. As penitenciárias estão saturadas, faz tempo. Fazer o que então? São presos já condenados, ou esperando julgamento, e outros detidos para averiguação. Colocar onde essa gente toda na cadeia!

É exatamente o que vem sendo feito. cadeias sem segurança, com capacidade para 10, 20, 40, presos, abrigam 30, 50, 140. Presos que vivem amontoados. Em condições desumanas e degradantes. Esquecidos como seres humanos com direito a ressocialização. Revoltados com tanto desrespeito, Colocando em risco a população porque são vigiados, quando muito, por dois ou três policiais. A ameaça de fuga é uma constante em todas as cadeias do país.

Não há exagero nenhum no que afirmamos. Como exemplo citamos o 11º Distrito Policial de Curitiba: com capacidade para 40 presos, normalmente abriga 140. Dentro das celas não há condições para se mexerem. É um barril de pólvora que pode explodir a qualquer momento, como aconteceu no mês de dezembro último quando ocorreu uma fuga em massa de mais de cem presos. Por proteção divina nenhum morador da vizinhança sofreu violência por parte dos fugitivos.

A comunidade se sente ameaçada pelo perigo que representam as cadeias públicas e, constantemente, se reúne para manifestar seu desagrado e temor às autoridades. Como para reivindicar seu direito à vida, à liberdade, à segurança. Os governos estão manietados por leis, como a Camata, que proíbe gastos acima de 60% com pessoal. Como aumentar o efetivo das policias senão existem recursos? Como construir mais presídios? As verbas são poucas, penitenciárias têm alto custo! Para construir e para manter. Mas, a sociedade cobra, dos políticos, soluções. Os políticos pedem soluções aos governos e estes cobram sugestões dos políticos.

Respaldado nos nossos quase 40 anos de imprensa e mais de 15 de vida política, entendemos que a situação tornou-se tão grave que exige muito mais que soluções paliativas ou das promessas do “vou fazer quando der”. O povo não agüenta mais. A comunidade exige medidas contra a situação de violência reinante. E nosso dever, de cidadão, político e comunicador nos leva a buscar meios

de resolver o problema. Porque, uma coisa é certa, como está não dá para continuar.

As cadeias do Paraná abrigam, hoje, mais de cinco mil presos, sendo que, mais de 700, são nas de Curitiba. O que resulta numa população, dentro das cadeias, próxima da existente nos presídios, O que é inadmissível pela falta de condições dessas, como pela falta de pessoal especializado (carcereiros), já que esse papel não compete à Polícia Civil. Diante da situação existente, entendemos que a superlotação das cadeias públicas está a exigir uma “força tarefa” por parte do Exército Brasileiro e das Polícias Militares. Precisamos usar, para vencer essa guerra, todos os meios disponíveis.

Utilizar os espaços ociosos dentro das unidades do Ministério do Exército, para abrigar o contingente de presos das cadeias, pode ser uma solução viável e a baixo custo, para acabar com a superlotação dessas. Considerando que, o corte de gastos públicos em todas as frentes, diminuiu o número do efetivo de soldados nos quartéis do Exército, e, nas unidades onde, há 10 anos, entravam anualmente mil jovens para servir, hoje entram cerca de 20%. Os espaços existentes, até então ocupados pelos jovens, hoje estão ociosos e podem muito bem abrigar o contingente de presos das cadeias. Assim também muitos quartéis das Polícias Militares, que possuem espaços ociosos e poderão ser ocupados. E, capacidade, conhecimentos e equipamentos de segurança, ninguém possui melhor que o Exército e a PM.

Sabemos não ser tarefa do Exército e da Polícias Militares, a guarda de presos, como também não o é da Polícia Civil. Todavia, a esta, que possui as menores condições, está sendo deixado toda a responsabilidade pelo problema. Mas, nada pode permanecer estático. Se a sociedade evolui, também as atribuições e tarefas das instituições. Além da grande credibilidade que gozam as Forças Armadas no Brasil, seria um serviço extraordinário até que se restabeleça a normalidade do sistema penitenciário do país. Hoje o problema maior é a falta de espaço físico. Mas esse existe, só que não é aproveitado. Como também o potencial das nossas Forças Armadas numa “ação de guerra”, passem a vigiar as fronteiras do país.

Em tempo de guerra tudo vale para minorar o sofrimento do povo e devolver-lhe a segurança perdida. Nosso povo está sofrendo com a insegurança trazida pela onda de violência que cresce assustadoramente, tanto na área urbana como na rural. Encher cadeias sem condições, além de ferir os direitos humanos daqueles que para aí são levados, só aumenta os perigos a que está exposta a sociedade. As cadeias precisam ser esvaziadas. Deixar os presos condenados ou a espera de decisão da Justiça, aos cuidados do Exército e das PMs, pode não ser a solução melhor, mas é uma solução possível, dentro do que preconiza a Constituição Federal, no tocante aos direitos e garantias fundamentais dos brasileiros.

Em Curitiba, o Ministério do Exército conta com as seguintes unidades, as quais, presume-se, contenham áreas disponíveis.

1 - 20º Batalhão de Infantaria Blindada -

20º BIB - Av. Erasto Gaertner, 598 Baccheri;

2 - 5º Grupo de Artilharia de Campanha Auto-propulso - GACP - Av. Mal. Floriano Peixoto, 9190 - Boqueirão.

3 - 5º Batalhão Logístico de Curitiba - 5º BLG - Rua 31 de Março, s/nº - Pinheirinho;

4 - 27º Batalhão Logístico de Curitiba - 27º BLG - Av. Erasto Gaertner, 1874 - Baccheri;

5 - 5ª Companhia de Comunicação - Av. República Argentina, s/nº - Portão.

E, a Polícia Militar do Estado, com unidades que, presume-se, poderão ter áreas disponíveis:

1 - Quartel Geral da Polícia Militar

Av. Mal. Floriano Peixoto, 1401 - Centro

2 - Regimento de Polícia Montada Cel. Dulcídio - Rua Conrado Adnauer, 1166 Tarumã.

Diante do exposto, solicita o Excelentíssimo senhor governador do Paraná, que determine as medidas cabíveis:

- Para que se gestione pelo apoio e colaboração do Exército Brasileiro, na solução do problema apresentado, conforme sugestão constante deste documento;

- Para que a Polícia Militar proceda o levantamento das áreas disponíveis, capazes de abrigar a população carcerária em questão.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer à douta Mesa Executiva da Assembléia, que proceda o encaminhamento, ao senhor ministro da Justiça, José Gregori, de cópia da proposição de sua autoria, encaminhada ao senhor governador Jaime Lerner, propondo medidas que poderão contribuir para solução da superlotação das cadeias públicas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil garante, a todos os brasileiros “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança”. E mais, que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

A violência atinge níveis críticos em todo o país. O clamor social pela melhoria de segurança ecoa em todos os cantos do país que chega aos seus 500 anos. As mortes associadas à violência, atinge cifras semelhantes a dos países em guerra civil. A situação sócio-econômica do Brasil é grave. O desemprego é o fantasma que assusta a todos. Ninguém nasce bandido, mas vira bandido para sobreviver. E dessa violência sem conta surgem outros problemas, entre os quais um dos mais graves é hoje a superlotação das cadeias públicas. As penitenciárias estão

saturadas, faz tempo. Fazer o que então? São presos já condenados, ou esperando julgamento, e outros detidos para averiguação. Colocar onde essa gente toda na cadeia!

É exatamente o que vem sendo feito. cadeias sem segurança, com capacidade para 10, 20, 40, presos, abrigam 30, 50, 140. Presos que vivem amontoados. Em condições desumanas e degradantes. Esquecidos como seres humanos com direito a ressocialização. Revoltados com tanto desrespeito, Colocando em risco a população porque são vigiados, quando muito, por dois ou três policiais. A ameaça de fuga é uma constante em todas as cadeias do país.

Não há exagero nenhum no que afirmamos. Como exemplo citamos o 11º Distrito Policial de Curitiba: com capacidade para 40 presos, normalmente abriga 140. Dentro das celas não há condições para se mexerem. É um barril de pólvora que pode explodir a qualquer momento, como aconteceu no mês de dezembro último quando ocorreu uma fuga em massa de mais de cem presos. Por proteção divina nenhum morador da vizinhança sofreu violência por parte dos fugitivos.

A comunidade se sente ameaçada pelo perigo que representam as cadeias públicas e, constantemente, se reúne para manifestar seu desagrado e temor às autoridades. Como para reivindicar seu direito à vida, à liberdade, à segurança. Os governos estão manietados por leis, como a Camata, que proíbe gastos acima de 60% com pessoal. Como aumentar o efetivo das policias senão existem recursos? Como construir mais presídios? As verbas são poucas, penitenciárias têm alto custo! Para construir e para manter. Mas, a sociedade cobra, dos políticos, soluções. Os políticos pedem soluções aos governos e estes cobram sugestões dos políticos.

Respalado nos nossos quase 40 anos de imprensa e mais de 15 de vida política, entendemos que a situação tornou-se tão grave que exige muito mais que soluções paliativas ou das promessas do “vou fazer quando der”. O povo não aguenta mais. A comunidade exige medidas contra a situação de violência reinante. E nosso dever, de cidadão, político e comunicador nos leva a buscar meios de resolver o problema. Porque, uma coisa é certa, como está não dá para continuar.

As cadeias do Paraná abrigam, hoje, mais de cinco mil presos, sendo que, mais de 700, são nas de Curitiba. O que resulta numa população, dentro das cadeias, próxima da existente nos presídios, O que é inadmissível pela falta de condições dessas, como pela falta de pessoal especializado (carcereiros), já que esse papel não compete à Polícia Civil. Diante da situação existente, entendemos que a superlotação das cadeias públicas está a exigir uma “força tarefa” por parte do Exército Brasileiro e das Policias Militares. Precisamos usar, para vencer essa guerra, todos os meios disponíveis.

Utilizar os espaços ociosos dentro das unidades do Ministério do Exército, para abrigar o contingente de presos das cadeias, pode ser uma solução viável e a baixo custo, para acabar com a superlotação dessas. Conside-

rando que, o corte de gastos públicos em todas as frentes, diminuiu o número do efetivo de soldados nos quartéis do Exército, e, nas unidades onde, há 10 anos, entravam anualmente mil jovens para servir, hoje entram cerca de 20%. Os espaços existentes, até então ocupados pelos jovens, hoje estão ociosos e podem muito bem abrigar o contingente de presos das cadeias. Assim também muitos quartéis das Policias Militares, que possuem espaços ociosos e poderão ser ocupados. E, capacidade, conhecimentos e equipamentos de segurança, ninguém possui melhor que o Exército e a PM.

Sabemos não ser tarefa do Exército e da Policias Militares, a guarda de presos, como também não o é da Polícia Civil. Todavia, a esta, que possui as menores condições, está sendo deixado toda a responsabilidade pelo problema. Mas, nada pode permanecer estático. Se a sociedade evolui, também as atribuições e tarefas das instituições. Além da grande credibilidade que gozam as Forças Armadas no Brasil, seria um serviço extraordinário até que se restabeleça a normalidade do sistema penitenciário do país. Hoje o problema maior é a falta de espaço físico. Mas esse existe, só que não é aproveitado. Como também o potencial das nossas Forças Armadas numa “ação de guerra”, passem a vigiar as fronteiras do país.

Em tempo de guerra tudo vale para minorar o sofrimento do povo e devolver-lhe a segurança perdida. Nosso povo está sofrendo com a insegurança trazida pela onda de violência que cresce assustadoramente, tanto na área urbana como na rural. Encher cadeias sem condições, além de ferir os direitos humanos daqueles que para aí são levados, só aumenta os perigos a que está exposta a sociedade. As cadeias precisam ser esvaziadas. Deixar os presos condenados ou a espera de decisão da Justiça, aos cuidados do Exército e das PMs, pode não ser a solução melhor, mas é uma solução possível, dentro do que preconiza a Constituição Federal, no tocante aos direitos e garantias fundamentais dos brasileiros.

Em Curitiba, o Ministério do Exército conta com as seguintes unidades, as quais, presume-se, contenham áreas disponíveis.

- 1 - 20º Batalhão de Infantaria Blindada - 20º BIB - Av. Erasto Gaertner, 598 Bacacheri;
- 2 - 5º Grupo de Artilharia de Campanha Auto-propulsado - GACP - Av. Mal. Floriano Peixoto, 9190 - Boqueirão.
- 3 - 5º Batalhão Logístico de Curitiba - 5º BLG - Rua 31 de Março, s/nº - Pinheirinho;
- 4 - 27º Batalhão Logístico de Curitiba - 27º BLG - Av. Erasto Gaertner, 1874 - Bacacheri;
- 5 - 5ª Companhia de Comunicação - Av. República Argentina, s/nº - Portão.

E, a Polícia Militar do Estado, com unidades que, presume-se, poderão ter áreas disponíveis:

- 1 - Quartel Geral da Polícia Militar Av. Mal. Floriano Peixoto, 1401 - Centro
- 2 - Regimento de Polícia Montada Cel. Dulcídio - Rua Conrado Adnauer, 1166 Tatumã.

Diante do exposto, solicita o Excelentíssimo senhor governador do Paraná, que determine as medidas cabíveis:

- Para que se gestione pelo apoio e colaboração do Exército Brasileiro, na solução do problema apresentado, conforme sugestão constante deste documento;

- Para que a Polícia Militar proceda o levantamento das áreas disponíveis, capazes de abrigar a população carcerária em questão.

REQUERIMENTO Nº 758

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto, solicitando mais uma solução para o problema de superlotação do Presídio Hildebrando de Souza.

Depois da tentativa de fuga em massa no mês de março deste, os organismos policiais de Ponta Grossa reforçaram a segurança do Presídio Hildebrando de Souza. Numa vistoria, policiais civis e militares descobriram que na cela 34 da galeria 4, o teto havia sido quebrado e que uma ventana da grade de proteção de uma parede externa foi estourada.

Hoje existem aproximadamente 170 presos no local, o que significa o dobro da capacidade. Um total de 40 presos foram condenado, 10 estão com problemas de saúde - há um esquizofrênico e outro aidético - e 13 são de outras cidades. Os presos agrupam-se no corredor principal do “caldeirão” por causa da falta de espaço em galerias e celas.

Esta foi a terceira tentativa de fuga em massa num período de 4 meses. O clima é de tensão e as ameaças de motim são constantes.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 761

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A, no sentido de atender o pedido da senhora Sandra Rebinski Isla Skora, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição feita através do CPF 773.623.149-49 há dois anos. O endereço para instalação é Rua Jacarezinho, 07 - bairro Guaraituba, município de Colombo. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 257-1086 (recados).

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 762

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A, no sentido de atender o pedido da senhora Sirley Ornaghi de Souza, residente à Rua Três Casas, 167, Conjunto Marumby II - bairro Uberaba, que pede agilização e previsão de instalação do terminal telefônico referente a inscrição feita através do CPF 460.020.819-68.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 763

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Erni Conceição Silva Sieiro, residente à Rua São Pedro, 1290, Jardim Nossa Senhora de Fátima, que pede a implantação de anti-pó na rua em que reside, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável.

O atendimento do presente pedido beneficiará toda a comunidade.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 663-2871.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 764

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A, no sentido de atender o pedido da senhora Erni Conceição Silva Sieiro, que pede implantação de um aparelho telefônico público em frente ao Centro Comercial sito na Rua João Soppa, 353, Jardim Adriane, município de Colombo, esquina com a Rua Joaquim Rocha.

Será um grande benefício para todos os moradores das proximidades e comunidade em geral.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 663-2871.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Ingo Henrique Hubert, mui digno diretor presidente da Copel, solicitando que viabilize estudos no sentido de isentar de pagamento da conta de luz os moradores da Ilha de Superagüi, em Guaraqueçaba, ou permitir uma cobrança diferenciada para estes moradores que sobrevivem da pesca.

Os moradores de Superagüi na grande maioria pescadores, entre os meses de dezembro a abril, ficam praticamente sem recursos financeiros, uma vez que neste período, pela legislação vigente, ficam impedidos de pescar. Nessa época eles sobrevivem com um auxílio que chega do governo federal, mas infelizmente não é o suficiente para atender as necessidades, fazendo com que os pescadores fiquem inadimplentes com o pagamento da luz.

Diante das dificuldades que estes pescadores enfrentam, solicito que seja estudada uma possibilidade de isenção de cobrança para os meses citados, impedindo assim o corte de fornecimento de energia daqueles que se encontram com a fatura atrasada.

Desta forma, pedimos uma especial atenção desta pasta, no sentido de viabilizar o pleito.

Sala das sessões, em 11.05.2000.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 766

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima senhora Denise Oldenburg Bascal, mui digna superintendente da Fundepar, solicitando a construção de 02 (duas) salas de aula no Colégio Estadual Marechal Costa e Silva, no município de Esperança Nova.

Conforme informações do senhor prefeito municipal, o colégio está com falta de salas para 70 (setenta) alunos. Estes alunos foram abrigados em outro local onde estão recebendo aulas, mas, nos horários de intervalo eles voltam ao colégio, juntando-se aos demais alunos para o recreio. Este deslocamento vem causando transtornos aos alunos e professores, principalmente em dias de chuva ou frio, sem contar com a responsabilidade da direção do colégio para controlar o percurso dessas crianças.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Tarciso Sales Maia, prefeito municipal de Esperança Nova (Rua Duque de Caxias, 400, CEP 874545-000).

Sala das sessões, em 11.05.2000.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 775

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente a senhora Fany Lerner, secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando com a máxima urgência que seja liberado um veículo automotor para uso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Céu Azul.

Requer ainda, que se dê ciência a senhora Dilva Basso, presidenta da APAE, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Professor Daniel Muraro, 1112, CEP 85849-000 - Céu Azul - PR.

Sala das Sessões, em 10.05.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Céu Azul, com os programas desenvolvidos possuem 151 pessoas em sua clientela disputando atendimentos, espaço, transporte, alimentação, educação, lazer, saúde e assistência social.

Tal solicitação da liberação de um veículo automotor com a máxima urgência prende-se ao fato das pessoas que utilizam-se dos serviços prestados pela APAE e quando necessitam do transporte para deslocarem de suas residências para a entidade ou ao médico, dentista, estações de trabalho, praças de esporte, não podem ser atendidas na sua plenitude.

Assim sendo, temos a certeza do apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento pela grandeza da medida nele proposto.

REQUERIMENTO Nº 752

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, pede a transcrição, nos Anais da sessão, do editorial "Em defesa de Anibal", publicado no jornal "Indústria & Comércio".

O texto jornalístico defende a memória de Anibal Khury, saudoso presidente desta Assembléia e sua transcrição se justifica pelos seus próprios fundamentos.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Martins

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

TÍTULO I

DA REVISÃO CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Os trabalhos de revisão constitucional se regerão por esta Resolução e, subsidiariamente, pelas normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

§ 1º - As sessões dos trabalhos revisionais, ordinárias e extraordinárias, serão abertas com a presença de, pelo menos, 28 deputados estaduais, registrada pelas listas próprias e se realizarão:

I - as ordinárias, nos dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às 14 horas e terminando às 19 horas, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das 9 horas às 13 horas, sempre em sessões especiais, em horário diferente das sessões ordinárias normais;

II - as extraordinárias, mediante:

a) convocação de seu presidente;

b) decisão do Plenário decorrente de requerimento de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem esse número.

§ 2º - Os trabalhos da Assembléia Legislativa, inclusive reuniões de comissões, não poderão coincidir com os horários das sessões da revisão.

TÍTULO II

DOS TRABALHOS DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Capítulo I

Da Direção Dos Trabalhos

Art. 2º - Os trabalhos da revisão constitucional serão realizados sob a direção da Mesa da Assembléia Legislativa.

Capítulo II

Da Discussão das Propostas de Emenda e da Votação

Art. 3º - Na sessão seguinte à publicação destas normas, terá início a discussão preliminar da matéria, que se prolongará pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

Parágrafo Único - Antes de se iniciar a discussão, o Presidente designará o relator e, a pedido deste, nomeará relatores adjuntos.

Art. 4º - Poderão oferecer emendas nos 30 (trinta) primeiros dias de discussão:

I - qualquer deputado estadual;

II - representação partidária com assento na Assembléia Legislativa, por meio de líder.

§ 1º - As propostas deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, com expressa indicação do dispositivo, capítulo ou título da Constituição Estadual a que se referem ou com o qual tenham correlação.

§ 2º - As emendas deverão incluir, quando for o caso, disposições transitórias relativas à sua entrada em vigor.

§ 3º - É vedada a apresentação de propostas revisionais que:

I - incidam na proibição constante do § 4º do art. 60 da Constituição Estadual;

II - substituam integralmente a Constituição;

III - digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas;

IV - contrariem a forma republicana de Estado e o sistema presidencialista de governo.

§ 4º - Poderão apresentar proposta revisional, observado o prazo fixado no *caput* e nos termos do § 3º desta resolução, o governador de Estado, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o procurador-geral de Justiça e o procurador-geral do Estado.

§ 5º - Fica assegurada, no prazo estabelecido no *caput* e nos termos do § 3º, a apresentação de proposta

revisional popular, desde que subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, em listas organizadas por, no mínimo, duas entidades associativas legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores do título eleitoral;

II - a proposta será protocolada perante a Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas para a sua apresentação;

§ 6º - As propostas de que tratam os §§ 4º e 5º terão a mesma tramitação das demais, integrando sua numeração geral.

§ 7º - As propostas de emenda constitucional em tramitação na Assembléia Legislativa, ainda pendentes de parecer de mérito, serão transformadas em propostas revisionais e encaminhadas à Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Durante o período de discussão, o parlamentar poderá falar, uma só vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 6º - Findo o prazo de apresentação das propostas, serão estas publicadas, tendo os deputados estaduais o prazo de cinco dias para apresentar emendas às propostas, as quais poderão ser supressivas, substitutivas, modificativas ou aditivas.

§ 1º - Admitir-se-á, ainda, o oferecimento, em Plenário, no momento da votação, de emendas aglutinativas, resultantes de fusão de emendas em tramitação, ou destas com o texto de propostas em apreciação.

§ 2º - As emendas aglutinativas podem ser apresentadas pelos autores das emendas objeto de fusão, por 10 deputados estaduais ou por líderes que representem este número, devendo o relator manifestar-se de imediato sobre elas, podendo oferecer subemendas.

§ 3º - No caso de apresentação de emenda aglutinativa, admitir-se-á destaque para a parte de emenda objeto da fusão que não tenha sido aproveitada no texto aglutinado, mediante requerimento de 10 deputados estaduais;

Art. 7º - Encerrada a discussão, as propostas revisionais e as emendas a elas oferecidas serão reunidas e organizadas em grupos, conforme a matéria constitucional a que disserem respeito, e enviadas ao relator, que sobre elas emitirá pareceres no prazo de dez dias, podendo concluir pelo oferecimento de subemendas ou substitutivos.

§ 1º - Decorrido o prazo previsto no *caput*, sem manifestação do relator, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento subscrito por 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, podendo o parecer ser dado oralmente em sessão.

§ 2º - Em se tratando de parecer a grupo de propostas, concluirá aquele pela aprovação de uma delas, pela sua prejudicialidade ou rejeição das demais, pelo oferecimento de substitutivo ou pela rejeição global da matéria.

Art. 8º - Oferecido parecer à proposta revisional ou a grupo de propostas, será a matéria encaminhada à Mesa para publicação.

Art. 9º - Observado o interstício de 24 horas da publicação com os pareceres respectivos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para apreciação.

§ 1º - A inclusão das matérias na Ordem do Dia obedecerá à ordem crescente dos dispositivos da Constituição sobre os quais incidam.

§ 2º - Será permitido a qualquer deputado estadual, antes de iniciada a Ordem do Dia, com apoio de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem este número, requerer preferência para votação de proposta de emenda sobre as do mesmo grupo, aplicando-se a regra do § 4º e do artigo 16 desta resolução.

Art. 10 - O encaminhamento da votação de propostas ou grupo de propostas será feito por dois oradores a favor, tendo preferência o autor da proposta, e dois contrários, previamente inscritos, pelo prazo de cinco minutos, além do relator.

Art. 11 - No caso de apreciação de grupo de propostas, terá preferência para votação aquela com parecer favorável ou substitutivo do relator, ressalvada a apresentação de requerimento na forma do § 2º e do artigo 9º desta resolução.

Art. 12 - Aprovada a proposta revisional, ou o substitutivo que regimentalmente tenha preferência, votar-se-ão, em seguida, os requerimentos de destaque apresentados, admitido o procedimento previsto no § 3º do artigo 16 desta resolução.

§ 1º - Os destaques concedidos pelo Plenário serão votados logo após a aprovação do requerimento respectivo.

§ 2º - No encaminhamento da votação da matéria destacada, será observado o disposto no artigo 10.

§ 3º - As emendas não destacadas serão arquivadas.

Art. 13 - Cada matéria constitucional, depois de aprovada em primeiro turno, será remetida ao relator para realizar a compatibilização ou a sistematização dos preceitos e a consolidação do texto, com vistas ao segundo turno.

§ 1º - O relator terá o prazo de cinco dias para concluir os trabalhos mencionados no *caput* e enviar o texto à Mesa para publicação.

§ 2º - As emendas serão enviadas ao relator para apresentação de parecer em 48 horas, o qual deverá ser publicado.

§ 3º - Observado o interstício de 24 horas de publicação ou da distribuição dos avulsos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para votação, tendo preferência em relação às ainda não votadas.

§ 4º - Na discussão, a palavra será concedida uma só vez aos oradores inscritos, no máximo de dois, com preferência para o autor, pelo prazo de cinco minutos, assegurado o uso da palavra ao relator, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação, seguida da apreciação dos requerimentos de destaque que somente poderão incidir sobre as emendas oferecidas no segundo turno.

§ 6º - Encerrada a votação, a matéria aprovada será encaminhada ao relator para oferecimento da redação final, dispensando-se esta, a juízo da Mesa, ouvido o relator, se aprovada sem emendas ou na forma de substitutivo integral.

§ 7º - A redação final será oferecida no prazo de 48 horas, sendo incluída em Ordem do Dia, observado o interstício de 24 horas de sua publicação.

§ 8º - A redação final será apreciada sem discussão, admitido o encaminhamento de votação, que se dará por maioria simples e processo simbólico.

§ 9º - As dúvidas em relação ao texto serão dirimidas de imediato pela Mesa, ouvido o relator.

§ 10 - Decorridos cinco dias da publicação da redação final, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, com preferência sobre qualquer outra, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão.

§ 11 - A inclusão da matéria na Ordem do Dia, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão, será feita a requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, sujeito à deliberação do Plenário, por maioria absoluta.

Art. 14 - A aprovação das matérias constitucionais, nos termos do artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dar-se-á por maioria absoluta de votos dos deputados estaduais e a das demais, por maioria simples.

Capítulo III **Dos Destaques**

Art. 15 - O destaque das partes de qualquer proposição em tramitação, bem como de emenda do grupo a que pertencer, será concedido mediante deliberação do Plenário a requerimento de 18 deputados estaduais ou líderes que representem este número, para:

I - votação em separado;

II - votação de emenda;

III - inclusão, no texto aprovado, de parte de emenda, subemenda ou proposição em tramitação.

§ 1º - Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados dentro da 24 horas que se seguirem à publicação. Na hipótese de parecer em Plenário, os requeri-

mentos de destaque poderão ser oferecidos até o anúncio da votação da matéria a que se referirem.

§ 2º - O requerimento de preferência para votação dos destaques deverá ser subscrito por, no mínimo 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e apresentado até o início da Ordem do Dia. Ocorrendo o término da votação de uma matéria e iniciando-se, no mesmo dia, a votação da matéria em relação à qual incida o requerimento de preferência, sua apresentação se dará duas horas antes de iniciada a votação.

§ 3º - Mediante requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e deliberação do Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser votados em bloco.

§ 4º - Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver o maior número de subscritores ou líderes que os representem. Havendo igual número de subscritores, a preferência caberá àquele que tiver sido oferecido em primeiro lugar.

§ 5º - Anunciada sua votação e ausente o primeiro signatário do requerimento de destaque, ficará este prejudicado.

§ 6º - Aprovado requerimento na hipótese de destaque prevista no inciso I do *caput*, será submetida à votação a matéria destacada, ficando aprovada se receber votos positivos da maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 7º - Aprovado requerimento nas hipóteses de destaque previstas nos incisos II e III do *caput*, considera-se incluída no texto respectivo a matéria objeto do destaque, se aprovada pela maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 8º - As propostas, as emendas e os destaques aprovados prejudicarão as proposições idênticas ou de finalidade oposta; os rejeitados prejudicarão as idênticas.

§ 9º - Rejeitado ou retirado o requerimento de destaque, ou ainda, de qualquer forma considerado prejudicado, a matéria respectiva retornará ao grupo ou proposição a que pertencer e será tida como aprovada ou rejeitada conforme o sentido da votação original.

§ 10 - As emendas com parecer favorável do relator serão votadas destacadamente, independentemente de requerimento nos termos deste artigo.

Capítulo IV

SEÇÃO I

Dos Processos de Votação

Art. 16 - As votações serão realizadas por processo nominal.

Capítulo V

Do Adiantamento da discussão ou da Votação

Art. 17 - O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pelo Plenário, mediante requeri-

mento de, no mínimo, 10 deputados estaduais ou de líderes que representem este número.

§ 1º - Quando, para a mesma matéria, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, que, se aprovado, prejudicará os demais.

§ 2º - Os requerimentos não serão discutidos nem terão encaminhamento de votação.

Capítulo VI

Da Retirada de Proposição

Art. 18 - O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulado por seu autor.

Art. 19 - Quando pedida à retirada de proposição com parecer contrário, o presidente deferirá o requerimento, independentemente de votação.

Parágrafo Único - Dependerá da aprovação do Plenário o requerimento para retirada de proposição:

I - com parecer favorável;

II - integrante de emenda aglutinativa;

Capítulo VII

Disposições Finais

Art. 20 - As bancadas dos partidos ou blocos serão representados por seus líderes na Assembléia Legislativa.

Art. 21 - Após o encerramento dos trabalhos, convocar-se-á sessão solene para promulgação, ficando prejudicadas as matérias não apreciadas.

§ 1º - O encerramento dos trabalhos poderá ser antecipado, mediante requerimento de - deputados estaduais ou líderes que representem esse número, aprovado pelo Plenário, por maioria absoluta.

§ 2º - Rejeitado o requerimento, nova proposta de encerramento somente poderá ser apresentada depois de quinze dias.

§ 3º - As Propostas de Emenda à Constituição transformadas em propostas revisionais, nos termos do § 7º do artigo 4º, não apreciadas, poderão retomar sua tramitação normal na Assembléia Legislativa, desde que apresentado requerimento nesse sentido pelo primeiro signatário.

Art. 22 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 144/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Poderão ser exploradas pela Loteria do Estado do Paraná - Serlopar sem prejuízo de outras modalidades as seguintes espécies de loterias.

I - Loteria de Bingo Tradicional, que consiste na realização de sorteios, ao acaso, de números de 01 à 90, que serão alinhados em cartelas, com extrações sucessivas, até que um ou mais concorrentes atinjam o objetivo previamente determinado, sendo a premiação mediante rateio;

II - Loteria de Vídeo-Bingo, que consiste na utilização de terminal eletrônico, operando por sistema on-line e/ou off-line, munido de vídeo-bingo ou qualquer outra forma de demonstração da combinação vencedora, contendo gerador aleatório de números, símbolos ou figuras, acionado diretamente pelo apostador, mediante aposta em dinheiro ou seu equivalente, proporcionando prêmios em dinheiro;

III - Loteria de Bingo Similar, que consiste na realização de sorteios eventuais, sem funcionamento e, salas próprias, utilizando processo de extração aleatória isento de contato humano, podendo oferecer prêmios exclusivamente em bens ou serviços.

Art. 2º - O serviço de Loterias do Estado do Paraná - Serlopar, explorará as modalidades lotéricas enumeradas no parágrafo único do art. 1º, através de seus revendedores lotéricos, mediante a observância de requisitos e condições, constantes da regulamentação, por Portaria a ser editada pela Autarquia.

Parágrafo Único - Considera-se Revendedor Lotérico:

I - Em caráter precário, até a expedição do regulamento aludido no artigo anterior, as pessoas jurídicas de natureza desportiva que, na data da publicação da presente, estejam credenciadas e que sejam detentoras de autorização para a realização de sorteios de bingo permanente, bem cumprindo as suas obrigações com a Serlopar.

II - As pessoas jurídicas de natureza desportiva que requeiram credenciamento e autorização junto a Serlopar, para a exploração das modalidades lotéricas de que trata esta lei, após preenchidos os requisitos e condições a serem determinados através de normas complementares:

a) As pessoas jurídicas de natureza desportiva de que trata o inciso I poderão contratar sociedades comerciais para administrar a realização das modalidades lotéricas previstas no artigo 1º, observada regulamentação a que alude o art. 2º desta lei.

Art. 3º - A pessoa jurídica de natureza desportiva ao requerer o seu credenciamento, terá de recolher previamente em conta bancária em favor do Serlopar a importância equivalente à:

a) 1000 UFIR's, em se tratando de Loteria de Bingo Tradicional;

b) 1000 UFIR's, em se tratando de Loteria de Vídeo-Bingo;

c) 500 UFIR's, em se tratando de Loteria de Bingo Similar.

Parágrafo Único - O credenciamento para a loteria de Vídeo-Bingo somente será concedido em conjunto com o credenciamento da Loteria de Bingo Tradicional.

Art. 4º - Os revendedores Lotéricos credenciados somente poderão iniciar suas atividades após obterem autorização anual de funcionamento expedida pelo Serlopar, cuja concessão se condiciona à prévia verificação do atendimento de todas as normas regulamentares, bem como ao pagamento das seguintes:

a) 10.000 UFIR's, em se tratando de Loteria de Bingo Tradicional;

b) 20.000 UFIR's, em se tratando de Loteria de Bingo Tradicional e Vídeo-Bingo;

c) 2.000 UFIR's, em se tratando de Loteria de Bingo Similar.

Parágrafo Único - Os revendedores lotéricos deverão depositar em conta bancária a ser designada em favor do Serlopar, 50% (cinquenta por cento) dos valores indicados neste artigo, a título de renovação da autorização de funcionamento, até o 10 (décimo) dia útil do primeiro mês de cada ano.

Art. 5º - Para a realização da Loteria de Bingo Tradicional, sem prejuízo de outras normas regulamentares, o revendedor lotérico credenciado obrigar-se-á:

I - Instalar em sua sede ou fora, uma sala para a realização dos sorteios da Loteria de Bingo, com capacidade de, no mínimo 250 (duzentos e cinquenta) participantes sentados;

II - Com horário de funcionamento previamente determinado;

III - Instalar equipamentos e sistema apropriados para a extração de números, mediante sistema aleatório sem que haja contato humano e que assegure integral lisura aos resultados;

IV - Instalar sistema de circuito fechado de televisão e de difuso de som, que permitam a todos os participantes perfeita visibilidade de cada procedimento dos sorteios e de seu permanente acompanhamento;

V - Instalar sistema eletrônico de comprovada segurança que possibilitem o total controle da arrecadação e do pagamento do prêmio;

VI - Os sorteios deverão ser registrados em ata dirigida simultaneamente com a sua realização ou por processo informativo que arquivem as informações pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias após a realização de cada sorteio;

VII - Fica vedada a comercialização de carteiras fora do ambiente onde se realizam os sorteios;

Art. 6º - O total dos recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - 65% (sessenta e cinco por cento) para a premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos;

II - 28% (vinte e oito por cento), para custeio de despesas de operação, administração, divulgação, e;

III - 07% (sete por cento) para a entidade desportiva;

Parágrafo Único - Entende-se por Receita Bruta o valor total proveniente da venda de cartelas, deduzindo o valor pago em premiação e dos impostos, taxas e tarifas incidentes.

Art. 7º - Os revendedores lotéricos que explorarem a Loteria de Bingo Tradicional, deverão recolher em conta bancária em favor da Serlopar 3% (três por cento) do valor de face das cartelas ou o equivalente em UFIR's, conforme a capacidade de apostadores nos locais onde se realizam os sorteios, prevalecendo o valor maior;

Bingo Tradicional com:

- a) 250 a 400 cadeiras - 4.000 UFIR's por mês;
- b) 401 a 500 cadeiras - 6.000 UFIR's por mês;
- c) 501 a 600 cadeiras - 9.000 UFIR's por mês;
- d) 601 a 700 cadeiras - 12.000 UFIR's por mês;
- e) acima de 701 cadeiras - 15.000 UFIR's por mês;

Art. 8º - Os jogos processados pelos terminais da Loteria de Vídeo-Bingo, assegurarão em ciclo temporal, a ser definido em normativa baixada pelo Serlopar, o pagamento de premiação bruta mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do valor total das apostas de cada terminal;

Art. 9º - A receita da pessoa jurídica de natureza desportiva ou do Serlopar, se auferida pela pessoa jurídica de que trata o inciso II. Do Art. 2º, desta lei, corresponderá à 30 UFIR's mensais, por terminal em funcionamento, sem prejuízo dos valores referidos no Art. 12;

Art. 10 - A autorização para funcionamento de terminais da Loteria de Vídeo-Bingo, observados os requisitos para a respectiva habilitação, objeto da regulamentação referida no Art. 2º, apenas será concedida aos revendedores lotéricos que também sejam credenciados na modalidade de Bingo Tradicional;

§ 1º - Os terminais de loteria de Vídeo-Bingo somente poderão ser instalados e operados em salas próprias, dentro do estabelecimento onde se processa a realização dos sorteios da loteria de bingo tradicional;

§ 2º - A sala onde forem instalados os terminais da loteria de bingo tradicional destinar-se-á exclusivamente a este tipo de modalidade lotérica, sendo admissível no mesmo ambiente físico somente as atividades de bar e restaurante;

Art. 11 - Na modalidade de Loteria de Vídeo-Bingo, o limite máximo de autorização de terminais, por estabelecimento será 150 (cento e cinquenta);

Art. 12 - Os revendedores lotéricos credenciados e autorizados para a Loteria de Vídeo-Bingo, deverão recolher em conta bancária em favor do Serlopar, os seguintes valores;

a) 600 UFIR's anualmente, por terminal da Loteria de Vídeo-Bingo, pelo selo de controle expedido pelo Serlopar, somente por terminais Off-Line;

b) 110 UFIR's mensalmente, para cada terminal da Loteria de Vídeo-Bingo instalado, somente Off-Line.

Parágrafo Único - Somente será permitido o funcionamento de terminais com selo de controle do Serlopar.

Art. 13 - A pessoa jurídica de natureza desportiva devidamente credenciada junto ao Serlopar poderá requerer autorização por prazo certo para a realização de mais um sorteio;

Art. 14 - A pessoa jurídica de natureza desportiva poderá realizar somente um sorteio por mês, podendo ser concedida autorização por prazo certo para a realização de mais de um sorteio;

Art. 15 - A premiação em cada sorteio da modalidade lotérica bingo similar, será sempre representada por bens materiais, bens de capital ou serviços;

Art. 16 - O valor total da premiação será no mínimo, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor de face, multiplicado pelo total de cartelas da série;

Art. 17 - Os revendedores lotéricos terão a responsabilidade pela correta exploração das modalidades lotéricas em que forem credenciados, e autorizados bem como relação aos efeitos dela decorrentes, mesmo que contratem sociedade comercial para administrar a atividade.

§ 1º - A relação jurídica proveniente da exploração das modalidades lotéricas de que trata esta Lei, será estabelecida somente entre a Serlopar e o revendedor lotérico;

§ 2º - As sociedades comerciais administradoras terão relação jurídica apenas com as pessoas jurídicas de natureza desportiva quando for o caso, mas deverão observar todas as disposições desta lei, bem como de sua regulamentação.

Art. 18 - É vedada presença de menores de 18 anos nos recintos onde se realize quaisquer das modalidades lotéricas previstas nesta lei.

Art. 19 - Os resultados líquidos obtidos pelo Serlopar resultantes da exploração das modalidades lotéricas nesta lei serão repassados à Secretaria da Criança e

Assuntos da Família conforme estabelece a legislação em vigor.

Art. 20 - Nenhum tipo de modalidade lotérica ou qualquer tipo de jogo e de diversão eletrônica poderá ser explorado no território do Estado do Paraná sem a prévia autorização do Serlopar.

Art. 21 - A desobediência de quaisquer disposições desta lei e/ou regulamentação, implicará no apenamento da pessoa jurídica de natureza desportiva cumulativamente:

I - Advertência;

II - Multa:

a) Na primeira autuação 1.000 UFIR's por equipamento e/ou infração:

b) Na segunda autuação 2.000 UFIR's por equipamento e/ou infração:

c) Na terceira autuação 5.000 UFIR's por equipamento e/ou infração:

III - Interdição do equipamento;

IV - Suspensão das atividades;

V - Cassação da autorização, e

VI - Descredenciamento do revendedor lotérico.

Art. 22 - Compete ao Serlopar expedir atos normativos complementares a esta lei.

Parágrafo Único - Os revendedores lotéricos, deverão ter no mínimo 50% de terminais de Loteria de Video-Bingo operadores pelo sistema On-line, podendo os 50% serem operados por sistema Off-Line.

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11035/95, de 02/01/95 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.2000

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da Constituição de 1988, o incentivo ao desporto pode ser perfeitamente enquadrado como uma atividade de fomento social, dentro, pois do estudo do ordenamento social. Entretanto, além das técnicas de obtenção de receitas para o fomento, tais atividades também se submetem a um rigoroso controle do Estado, passando-se assim, a uma atividade típica de poder de polícia - no caso a autorização de exploração de loterias entre as quais se inclui o bingo - Serviço público de exploração de loterias, a legislação tem definido tal atividade como "serviço público".

- A exploração de loterias é um serviço público;

- A Constituição Federal nunca previu exclusividade desse serviço a União;

- A constituição de 1988 não alterou o tratamento do tema;

- Logo, é inconstitucional a norma que exclua a possibilidade de os Estados instituírem loterias, desde que haja definição legal de tal serviço público;

- Bingo é uma forma de loteria;

- A receita auferida com a exploração do Bingo não é tributária - receita derivada - mas, sim, originária, decorrente da exploração, pelo Poder Público, de seus próprios serviços;

- Tal receita viabiliza o fomento do Esporte, que é dever de todo o Estado (além de financiar a seguridade social - art. 195, III, CF);

- Se há um serviço público não vedado ao Estado ou expressamente previsto na Constituição como monopólio federal, aquele cabe por lei legislar sobre o tema, dispondo sobre critérios de exercício de tal atividade.

Cabe aqui ressaltar o que aponta o ministro Oswaldo Trigueiro.

"A constituição não impede o funcionamento da loteria estadual, primeiro, porque não atribui esse serviço a união com exclusividade, segundo, porque não proíbe, de forma expressa ou simplesmente implícita, a existência das loterias estaduais. Logo os Estados estarão habilitados a instituir esse serviço e explorá-lo como lhe aprouver".

Cabe ainda ressaltar que, os recursos provenientes das taxações estarão sendo investidos em obras sociais e esportivos de nosso Estado, bem como na atual crise de desemprego - os bingos tradicionais e similares empregam na ordem de 20 mil empregos diretos, ao contrário de outras modalidades de sorteios como raspinhas e outros.

Entendemos a necessidade de aprovação da presente proposição como forma de adequação a Portarias e legislação federal, frisando ainda que, através da Internet, reais nossos estão indo desviados para o exterior em jogos nos cassinos via computador.

PROJETO DE LEI Nº 145/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Guairaçá, com sede no município e foro no município de Guairaçá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente de Guairaçá tem por objetivo lutar pelos interesses comunitários e proceder a sua defesa, desenvolvendo trabalhos e atividades visando a integração cultural, desportivo, recreativo e de natureza social da comunidade de Guairaçá.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 146/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Idosos Unidos de Capanema, com sede e foro na cidade de Capanema-Paraná, atualmente situada à rua Otávio Francisco de Mattos, s/n, naquela cidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Idosos Unidos de Capanema pessoa jurídica de direito privado, com CGC nº 01806648/0001-12, devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Capanema, sob nº 0213, Livro A-03, é uma entidade sem fins lucrativos, que congrega aproximadamente 300 associados.

A referida associação, além de desenvolver atividades pertinentes, voltadas para o lazer e a integração de pessoas da 3ª idade, tem prestado contribuição relevante ao desenvolvimento do município inclusive tendo sido declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 716/97.

Outrossim, a mencionada associação preenche todos os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei, que objetiva facilitar os trabalhos da referida associação na busca de recursos para a construção de sua sede própria e diversificação dos programas de atendimento aos seus associados.

PROJETO DE LEI Nº 147/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Vila União, com sede no município de Pinhais e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.05.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Bairro da Vila União tem por objetivo lutar pelos interesses comunitários e proceder a sua defesa, desenvolvendo trabalhos e atividades visando a integração cultural, desportivo, recreativo e de natureza social da comunidade da Vila União.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito. Com a palavra, o deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor presidente, prezados senhores deputados.

Não podia deixar de registrar nos Anais, nos trabalhos dessa sessão, um fato que nos orgulha a todos, que foi a eleição do deputado Orlando Pessuti, o presidente da Unale - União Estadual dos Legislativos Estaduais, fato que ocorreu durante a IV Conferência da Unale, na cidade de Gramado, Rio Grande do Sul.

Os senhores deputados sabem, mas apenas para registro nos Anais da Casa, que acho indispensável, dizer que o artigo 1º do Estatuto da Unale dispõe o seguinte: “A União Nacional dos Legislativos Estaduais, entidade sem fins lucrativos, que congrega Assembléias Legislativas, os deputados estaduais, tem sede em Brasília, Distrito Federal e destina-se a reafirmar a vocação do Poder Legislativo como catalizador da organização política da sociedade; promover a defesa e o aperfeiçoamento dos legislativos estaduais, promover a defesa do regime democrático, representativo e participativo; modernizar os procedimentos legislativos, objetivando a racionalidade no seu processo decisório; promover efetiva participação dos legislativos estaduais, quando da elaboração de reformas constitucionais; promover o intercâmbio e a cooperação técnica entre os legislativos estaduais, representar os legislativos estaduais, junto aos demais poderes constituídos; promover estudos sobre questões econômicas, políticas e sociais, com vistas especialmente ao fortalecimento dos Estados-membros da Federação; promover a divulgação das atividades legislativas, junto à opinião pública; celebrar convênios com entidades públicas ou privadas, objetivando desenvolver pesquisas sobre assuntos visando apoio às atividades legislativas; e desenvolver estudos visando a promoção social de seus integrantes, técnicos e funcionários dos poderes legislativos.”

Como acabaram de ouvir os prezados deputados, a Unale é uma entidade, que fazia falta a sua existência no cenário nacional, pelo estreitamento das relações não só das Assembléias Legislativas, como também o melhor relacionamento e a troca de idéias, de informações entre nós, seus membros, técnicos e funcionários das Casas Legislativas.

Lá, durante esse encontro de dois dias, na cidade de Gramado, eu queria destacar as palestras produtivas, de grande valia para todos nós, de todas as Assembléias do Brasil. No dia 08, a primeira palestra foi “A Revolução da Informação e as Instituições Democráticas”, depois “Foco do Futuro: A Política no Século XXI”, “A Competência Fiscalizadora e Autonomia do Poder Legislativo”, proferida pelo senador Pedro

Simon e o painel “Globalização, Pobreza e Gênero” com participação da senadora Heloísa Helena, de Alagoas; a deputada de Quebec, e da doutora Jane Rodrigues da Universidade Federal de Uberlândia, encerrando com a posse da nova diretoria eleita naquela oportunidade.

(Lê os membros da nova diretoria da Unale):

Presidente	Orlando Pessuti (PR)
1º vice-presidente	Humberto Bosaipo (MT)
2º vice-presidente	Sebastião Tejota (GO)
3º vice-presidente	José Ivo Sartori (RS)
4º vice-presidente	Leal Júnior (PI)
5º vice-presidente	Sueli Aragão (RO)
6º vice-presidente	Maurício Picarelli (MS)
7º vice-presidente	Sérgio de Oliveira (AC)
8º vice-presidente	Manoel do Carmo (AM)
Secretário Geral	Pedro Eurico (PE)
1º Secretário	Cezar Colares (PA)
2º Secretário	José Távora (RJ)
Tesoureiro Geral	Manoel Maria (RS)
1º Tesoureiro	Marcelo Miranda (TO)
2º Tesoureiro	Maria José Maninha (DF)

Diretores Regionais	
Região Norte	Raul Prudente (RR) Mileno Mota (RO)
Região Nordeste	Tereza Duere (PE) Clóvis Ferraz (BA)
Região Centro- Oeste	Paulo Rodrigues (GO) Hermínio Barreto (MT)
Região Sudeste	Márcio Cunha (MG) José Stangarlini (SP)
Região Sul	Gilmar Knaesel (SC) Alexandre Postal (RS)

Secretaria da Mulher	
Titular	Lúcia Carvalho (DF)
Suplente	Vera Regina (RR)

Conselho Fiscal	
Titular	Reinaldo Moura (SE)

Titular	Heraldo Rocha (BA)
Titular	Maria Goreti (CE)
Titular	Magali Machado (RJ)
Titular	Cesar Seleme (PR)
Titular	Leonardo Arruda (RN)
Titular	Wanderley Macris (SP)
Suplente	João Fernandes (PB)
Suplente	Adelor Vieira (SC)
Suplente	Celina Martins Jalade (MS)
Suplente	José Ramos Furtado (ES)
Suplente	Carlos H. Amorim (TO)
Suplente	André Luiz (RJ)
Suplente	José Maria Ferreira (PR)

Senhor presidente, senhores deputados, participaram, além de deputados, técnicos e funcionários, cerca de 24 Assembléias Legislativas, com mais de 500 pessoas. Estiveram presentes representantes dos EUA, Canadá, Argentina e África do Sul. Foi proveitoso. Para nós, do Paraná, um motivo muito especial com a eleição da presidência da Unale desse deputado valoroso, amigo, competente, Orlando Pessuti.

Orlando Pessuti assume a presidência sucedendo o deputado mineiro Martini, que promoveu esta integração nacional. E está indo além dos objetivos primeiros, que é essa aproximação de assembléias, a valorização do Poder Legislativo do Brasil. Está indo além, já chegando na Argentina, levando representantes do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e esperamos que novos encontros em outros países e os demais Estados que fazem parte da Unale.

Desejamos todos que o deputado Pessuti tenha uma data feliz, renovado. Vai suceder um homem que trabalhou demais, um deputado combativo capaz presente, que é o deputado mineiro que sem dúvida alguma o deputado Pessuti, que inclusive foi para Gramado um número considerável de deputados esperando inclusive que houvesse uma disputa, mais candidatura além da dele. Lá, graças à amizade e a estima que o deputado Pessuti conseguiu ao longo dos anos nesses encontros, no Paraná e pelo Brasil a fora, pôde se notar claramente lá, que prevaleceu a estima, a amizade e desse bom relacionamento que fez o Pessuti. Graças até ao seu temperamento, alegre, comunicativo.

O Pessuti é bem relacionado, amigo de todos os deputados do Brasil, coisa que nos deixa muito feliz.

Então nós os deputados do Paraná, nesta manhã estamos aqui nesta tribuna para mais uma vez cumprir o deputado Pessuti e renovar a nossa mani-

festação e amizade de consideração e dizer que nós queremos ajudá-lo nesse nova empreitada.

Vamos fazer e desejamos que a Vossa Excelência na oportunidade que transmitir a presidência ao seu sucessor, o faça da mesma forma que fez o ex-presidente Martini, que foi aplaudido de pé por todos os deputados do Brasil.

Parabéns, ao deputado Pessuti, temos muito orgulho de ter Vossa Excelência aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente e senhores deputados, dois assuntos me trazem hoje à tribuna, já que tenho poupado, inclusive de trazer esse assunto aqui à Assembléia.

Durante a semana, quando ando pelas ruas de Londrina e pela região, as pessoas têm cobrado um posicionamento, até para deixar consignado aqui na Assembléia Legislativa, com relação ao affair acontecido lá em Londrina, com a farra desempenhada, pelo senhor Antonio Belinati e a sua equipe com o dinheiro público do povo de Londrina.

Tenho tido até um comportamento “maneiro”, na medida em que fiz parte durante anos até da convivência com o prefeito Antonio Belinati, mas felizmente fui daquelas pessoas que estiveram ao seu lado, mas lhe dando alegria e ajudando a construir a Londrina que é hoje.

Tenho procurado, em respeito ao deputado Antonio Carlos Belinati, falar pouco deste assunto porque espero até que o deputado em algumas vezes, ou esperava, tivesse a dignidade de subir aqui, para fazer a sua defesa própria e a defesa do seu pai e da sua mãe. Isso já não dá mais.

Senhor presidente e senhores deputados, recentemente uma família de Londrina saiu para passear, numa cidade vizinha e quando estavam sendo recebidos pelos parentes, descendo as malas e cumprimentando, passou um pessoal pela mesma rua e viu a placa do carro que era de Londrina e disse: “Você é de Londrina, esconde a carteira”.

Isto tem feito com que o londrinense ande de cabeça baixa.

Quero aqui contestar hoje, as declarações da governadora Emilia Belinati, de que os promotores de Londrina, ou do Ministério Público de Londrina, ocultou e não permitiu que ela manuseasse os documentos.

Justiça seja feita, o Ministério Público de Londrina tem escancarado esta documentação para quem quer ver. O pior cego é aquele que não quer ver.

Então a família Belinati tem que dar uma resposta ao Paraná. E espero, aqui, inclusive, que o governador Jaime Lerner que, por duas vezes, ganhou a eleição esmagadoramente na cidade de Londrina, também venha a

público para fazer a sua colocação porque o governo dele também está sendo envolvido nessa questão da corrupção do dinheiro público em Londrina.

Vou ficar por aqui. Cada semana vou trazer uma pitada do que acontece lá. E quero deixar já consignado aqui não um exercício de futuro, mas se continuar assim ainda vai correr sangue e vai morrer gente lá em Londrina, porque é uma rede de corrupção e é uma rede de força. E a grande imprensa de Londrina, acanhadamente, agora, começou a falar escancaradamente sobre o assunto. Correm documentos apócrifos em todos os sentidos e em todos os lados, aguçando a ira daqueles que às vezes, inocentemente, estão sendo envolvidos neste caso.

Mas é, como diria do Boris Casoy, “é uma vergonha” o que acontece com Londrina. Estou vendo hoje na imprensa que, merecidamente, e com todo o direito, o prefeito e a sua família está avocando para que o caso venha para o Tribunal de Justiça do Estado. Que bom. Mas que o Tribunal de Justiça que é a segunda cidade do Estado - está de olho, inclusive, em tudo que tem acontecido com relação às liminares que são dadas a pedido do Poder Público de Londrina.

Quero, também, registrar a nossa preocupação com relação à questão do ensino. Estou indo agora, daqui a pouco a Londrina, mas já fui hoje convocado por algumas pessoas ligadas à educação em Londrina, exatamente por causa desse movimento que já está tomando corpo que é o processo de reivindicação salarial do professor e da educação no Paraná. Lá em Londrina há um descontentamento total com quem está dirigindo o Núcleo. A Senhora Alcyone Saliba que está hoje comandando a Educação, não tem nenhuma sensibilidade para tratar com o professor. Tenho um respeito profundo por ela. Tecnicamente é uma pessoa capacitada, acho até que o governo poderia utilizá-la na Secretaria de Planejamento para buscar recursos no exterior, mas para tratar com professor, a cintura dela não é suficiente para que a educação está esperando.

Vi, ontem, inclusive a colocação precipitada dela, dizendo que não há possibilidade de conversação com a classe. Olha, o governador Jaime Lerner a quem temos um respeito profundo, deve e tem para com a Educação o “calcanhar de Aquiles” no seu governo. Vi, por duas vezes, o professorado de todo o Paraná depositar toda a esperança na administração do governador Jaime Lerner e precisa dona Alcyone Saliba vir a público e desmentir o que o professorado está falando de que ela além de ser intransigente no trato, ela, também, está acabando com a parte pedagógica da Educação do Paraná.

Amanhã o professorado vai estar todo aqui. E eu não vou ser o algoz de não entender que a categoria está lutando por justiça e até a maioria da justiça que é a justiça social e, também, de toda uma confiança que fora depositada anteriormente no governo do senhor Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa anuncia com satisfação a presença dos alunos do Colégio Maria Montessori, comandados pela professora Ana Maria. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, caros alunos que prestigiam a sessão de hoje. Inicialmente, senhor presidente, quero dar uma satisfação a este Plenário e ao mesmo tempo agradecer a disposição dos parlamentares que integram a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado que ontem fez mais uma das suas sessões, ouvindo, especialmente, pais de jovens que foram executados em Curitiba e na Região Metropolitana nesses últimos 2 meses - num total de 22 execuções, que certamente tem muita ligação com a questão do tráfico de drogas, especialmente depois da passagem da CPI Nacional aqui pelo Paraná, e nós ontem tivemos uma audiência pública no Plenarinho, depois tivemos ainda uma audiência reservada com os familiares desses jovens, e na sequência ainda tomando depoimentos de um traficante e deixamos a Assembléia por volta de 23h30 da noite de ontem.

Quero agradecer ao deputado Ângelo Vanhoni, vice-presidente da comissão, deputado Ricardo Chab que é o relator, deputados Edson Strapasson, e Baratter, que permaneceram até estas altas horas para fazer esse trabalho importante na Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado, e dizer aos senhores que a Assembléia vai-se da resposta positiva no que diz respeito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como as outras, conforme ontem mesmo que participamos pela manhã como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito de Roubo de Cargas, que é presidida pelo Deputado Cezar Seleme, que tem como relator o deputado Edson Praczyk, que ontem já apresentou um relatório parcial do seu trabalho. É a contribuição e a resposta à sociedade paranaense daquilo que parlamentares temos que fazer desde o primeiro instante que foram instaladas aqui as CPI's.

Mas venho também à tribuna hoje, senhor presidente, para fazer uma provocação. Provocar os parlamentares para uma discussão, que a princípio pode ser até absurda, mas que é necessária discutir.

Temos acompanhado constantemente nesses últimos meses a situação da Segurança Pública no Estado do Paraná. A questão da superpopulação carcerária, não só dentro do sistema penitenciário propriamente dito, mas a superpopulação carcerária em cadeias públicas no interior do Paraná, e nos distritos policiais especialmente na capital do Estado do Paraná.

Sabem os senhores, que quando funcionava o centro de triagem na Vila Isabel, em Curitiba, houve uma grande mobilização da comunidade que não aceitava aquele depósito de presos onde cabiam 20, estavam lá

mais de 200 presos, muitos até condenados. A população se mobilizou, esta Assembléia, pela minha pessoa e do deputado Ademir Bier se fez presente nos debates, intermediou audiências com o secretário de Segurança Pública, e nós, com o apoio da Câmara de vereadores de Curitiba e da comunidade em especial, resolvemos aquela situação, saiu de lá, um cadeião que se pretendia transformar um centro de triagem, um distrito comum se transformar num cadeião a exemplo do que ocorre em São Paulo, do que ocorre no Rio de Janeiro e que se vê constantemente nos levantes, nas fugas, nos incêndios que ocorrem. Será que iríamos aceitar isso em Curitiba? - Claro que não. A população ganhou e o centro de triagem saiu.

O que está ocorrendo? Em outros distritos policiais temos constatado a mesma situação, por exemplo, 11º Distrito Policial da Cidade Industrial, que tem capacidade para 30, está com 140 presos lá recolhidos; é um barril de pólvora prestes a explodir a qualquer momento.

Nesse sentido, ouvindo várias pessoas, discutindo com pessoas da área também e ouvindo a comunidade, entendeu-se o seguinte: Ora, nós não vivemos em estado de guerra nesse País, aliás, a guerra que vivemos é a guerra da insegurança diária da população, a guerra contra as drogas, contra a violência, esta é a guerra que vivemos atualmente. E temos aqui no Paraná muitas unidades militares que hoje estão ociosas, que hoje sequer estão sendo utilizadas para fazer o recrutamento de jovens porque até já se abandonou esta prática em função da queda do orçamento do Ministério do Exército.

Então, neste sentido, ouvimos estas pessoas. Ora, se está difícil construir penitenciárias por falta de verbas dos governos federal e estadual, estamos até com um complexo para ser inaugurado em Piraquara, a empresa que estava construindo foi até 80% da obra, quebrou, e a obra está parada esperando ser feito um novo processo de licitação para a conclusão.

Além disso, depois vem a contratação de agentes penitenciários que também vai demandar mais uma situação de discussão porque tem que prever a questão da Lei Camata, dos 60% da Folha de Pagamento e também a Lei de Responsabilidade Fiscal que enfrentam os governadores.

O que fazer? É claro que é melhor construir escolas ao invés de penitenciárias, mas há uma situação emergencial.

E, o que é que eu proponho nesta situação emergencial aqui no Paraná, mandando esta sugestão ao governador Jaime Lerner, mandando ao Ministro do Exército também? Vou fazer a leitura para que se tenha uma noção exata daquilo que quero colocar.

(Lê):

“A Constituição da república Federativa do Brasil garante, a todos os brasileiros “a inviolabilidade do direito à vida, para liberdade, à igualdade, à segurança”. E mais, que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

A violência atinge hoje níveis críticos em todo o País. O clamor social pela melhoria de segurança ecoa em todos os cantos do País que chega aos seus 500 anos. As mortes associadas à violência, atinge cifras semelhantes a dos países em guerra civil. A situação sócio-econômica do Brasil é grave. O desemprego é o fantasma que assusta a todos. Ninguém nasce bandido, mas vira bandido para sobreviver. E dessa violência sem conta surgem outros problemas, entre os quais um dos mais graves é hoje a superlotação das cadeias públicas. As penitenciárias estão saturadas, faz tempo. Fazer o que então? São presos já condenados, ou esperando julgamento, e outros detidos para averiguação. Colocar onde essa gente toda na cadeia!

É exatamente o que vem sendo feito. Cadeias sem segurança, com capacidade para 10, 20, 40 presos, abrigam, 30, 50, 140. Presos que vivem amontoados. Em condições desumanas e degradantes. Esquecidos como seres humanos, com direito à ressocialização. Revoltados com tanto desrespeito. Colocando em risco a população porque são vigiados, quando muito, por dois ou três policiais. A ameaça de fuga é uma constante em todas as cadeias do País.

Não há exagero nenhum no que afirmamos. Como exemplo citamos o 11º Distrito Policial de Curitiba: com capacidade para 40 presos, normalmente abriga 140. Dentro das celas não há condições para se mexerem. É um barril de pólvora que pode explodir a qualquer momento, como aconteceu no mês de dezembro último quando ocorreu uma fuga em massa de mais de cem presos. Por proteção divina nenhum morador da vizinhança sofreu violência por parte dos fugitivos.

A comunidade se sente ameaçada pelo perigo que representam as cadeias públicas, e, constantemente, se reúne para manifestar seu desagrado e temor às autoridades. Como para reivindicar seu direito à vida, à liberdade, à segurança? Os governos estão manietados por leis, como a Camata, que proíbe gastos acima de 60% com pessoal. Como aumentar o efetivo das polícias se não existem recursos? Como construir mais presídios? As verbas são poucas, penitenciárias têm alto custo! Para construir e para manter. Mas, a sociedade cobra, dos políticos, soluções. Os políticos pedem soluções aos governos e estes cobram sugestões dos políticos.

Respalado nos nossos quase 40 anos de imprensa e mais de 15 de vida política, entendemos que a situação tornou-se tão grave que exige muito mais que soluções paliativas ou das promessas do “vou fazer quando der”. O povo não agüenta mais. A comunidade exige medidas contra a situação de violência reinante. E nosso dever, de cidadão, político e comunicador nos leva a buscar meios de resolver o problema. porque, uma coisa é certa, como está não dá para continuar.

As cadeias do Paraná abrigam, hoje, segundo a imprensa, mais de cinco mil presos, sendo que, mais de 700, são nas de Curitiba. O que resulta numa população, dentro das cadeias, próxima da existente nos presídios. O

que é inadmissível pela falta de condições dessas, como pela falta de pessoal especializado (carcereiros), já que esse papel não compete à Polícia Civil. Diante da situação existente, entendemos que a superlotação das cadeias públicas está a exigir uma “força tarefa” solução possível, dentro do que preconiza a Constituição Federal, no tocante aos direitos e garantias fundamentais dos brasileiros.

Em Curitiba, o Ministério do Exército conta com as seguintes unidades, as quais, presume-se, contenham áreas disponíveis:

1 - 20º Batalhão de Infantaria Blindada - 20º BIB - Avenida Erasto Gaertner, 598 - Bacacheri

2 - 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (GACP) - Avenida Marechal Floriano Peixoto, 9190 - Boqueirão.

3 - 5º batalhão Logístico de Curitiba - 5º BLG - Rua 31 de Março, s/nº - Pinheirinho.

4 - 27º Batalhão Logístico de Curitiba - 27º BLG - Rua Erasto Gaertner, 1874 - Bacacheri.

5 - 5ª Companhia de Comunicação - Avenida República Argentina, s/nº - Portão.

E, a Polícia Militar do Estado, com unidades que, presume-se, poderão ter áreas disponíveis:

1 - Quartel Geral da Polícia Militar - Avenida Marechal Floriano Peixoto, 1401 - Centro.

2 - regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio - Rua Conrado Adnauer, 1166 - Tarumã”.

Então, o que é que estou propondo? Ora se há necessidades de uma força tarefa, se não há recursos para se construir penitenciárias, se os distritos policiais não suportam mais!

Semana passada, o Colégio Belegard, aqui no bairro da Vila Hauer, que divide seu muro, sua parede com o 7º Distrito Policial, nós tivemos fuga de presos, fuga subterrânea, pelo banheiro, e os presos saíram no pátio do colégio. Houve tiroteio! E não é a primeira vez. São várias ocasiões em que isto já ocorreu. Quer dizer, constantemente a população está se vendo ameaçada.

O que é que estou propondo? Vou encaminhar esta sugestão ao governador do Estado e também estou encaminhando requerimento à Mesa, ao Ministério do Exército para que também analise. Vou repetir: pode parecer, à primeira vista, uma proposta absurda. Mas, eu me lembro que até dez anos atrás os quartéis viviam abarrotados de jovens que vinham do interior. Os deputados do interior podem dar até um testemunho neste sentido, que vinham servir o governo. Dizia-se naquela época: “Vou servir ao governo”. Servir ao Exército. Hoje, com os recursos escassos do Exército, no 20º Batalhão Blindado, por exemplo, onde eu servi, onde dei minha contribuição à minha Pátria como soldado, como recruta, naquela época havia mil, mil e quinhentos recrutas. Hoje, reduziu-se para 150, 200 no máximo, porque não há recursos. E aí fica toda uma área ociosa, um grupo de soldados fazendo tarefas comuns, que para a sociedade, com todo o respeito ao Exército, não representa muita coisa.

Então, se temos áreas ociosas, toda esta logística, com alojamentos, por que não se utilizar estes espaços, num entendimento entre Exército e governos estaduais? Não que soldado vá cuidar de preso, não é isso, mas é um caráter emergencial. E a Polícia Militar, que já presta este trabalho, que também não é seu, poderia destacar algumas companhias no sentido de dar esta cobertura. Vamos tirar a superlotação lá do Distrito Policial, que ameaça a comunidade local, da cadeia pública do município do interior, que ameaça aquela sociedade, vamos nestas unidades militares. Por que não?

A sugestão que fazemos, também, o que é que representam unidades militares em Curitiba, capital do Estado do Paraná, que deveria estar lá na fronteira do Paraná com Argentina, Paraguai, porque é lá que entram as drogas, que entra o contrabando, porque sediadas em Curitiba? Vamos transferi-las para lá! Lá elas poderiam contribuir mais, na guarda da fronteira.

E é por esta razão que vai ter uma reunião neste final de mês, no Paraguai, que nós comentávamos ontem aqui, do pessoal da CPI do narcotráfico Nacional, que nos convidaram para participar. Volto a repetir, pode ser absurda, mas eu estou trazendo a minha contribuição em nome da sociedade que clama por segurança, que não aguenta mais este estado de coisas, de todo dia nos jornais, nós estamos vendo aí, fuga de distrito, fuga de 10, 20, 30, 50 bandidos, colocando em polvorosa a sociedade.

E vou mais além, senhor presidente, senhores deputados, se a polícia, se a delegacia de capturas fosse cumprir todos os mandados de prisão, nós teríamos que achar lugar para colocar mais cinco mil condenados no Paraná, cinco mil condenados. Onde é que iria se colocar esta gente? Então, a sugestão que eu faço, se temos unidades militares ociosas, com grandes áreas, com bom parque logístico, até para se utilizar como mão de obra desses presos condenados já porque não utilizar isto?

É a sugestão que eu faço e encaminho ao governador e ao ministro do Exército também.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados, na tarde de ontem, após me pronunciar nesta tribuna, alguém aqui da Casa falou o seguinte:

Olha, calma, você está muito nervoso. Não, nem um pouquinho de nervosismo. Estava indignado com aquilo que estão fazendo no Congresso Nacional e concretizaram ontem nesta comissão mista aprovando o Código Florestal Brasileiro.

Na realidade eu me conformei, vamos dizer assim, porque dando uma olhada no noticiário que foi veiculado à noite e em todos os canais eu vi aquilo que tinha feito

aqui. Um protesto, a indignação em todos os canais de televisão. A Nação, através da grande imprensa, neste momento falou da sua preocupação com aquilo que estão fazendo e eu aqui mostrei o meu desconforto porque o relator desse novo código florestal brasileiro é alguém que está na sigla do meu Partido. eu falei mais uma vez o seguinte, que não existe nada de assemelhado entre aquilo que o programa do PMDB com este comportamento de alguns que estão na sigla partidária. O Jabor, da Rede Globo, falava assim: Olha, anotem o nome deste deputado do PMDB do Paraná, ele não está apresentando um projeto, isto não é um projeto, é um crime que está se praticando contra a Nação. E me dói, senhor presidente, ter que falar, por exemplo, aos jovens, aos estudantes que aqui se encontram, porque o mundo que estão querendo deixar para vocês é um mundo muito complicado. Este Paraná mesmo, conhece um desmatamento irresponsável e criminoso durante todos estes anos que estão passando, mesmo as concessionárias que receberam as estradas do Paraná, não poupam as poucas árvores que existem ao longo das rodovias.

Mas, jovens que estão aqui, que mundo estão querendo deixar para vocês? É preciso que vocês comecem desde cedo a saber aquilo que está acontecendo neste país.

Olha, ouvi agora vindo para cá numa emissora a argumentação do componente do PMDB, relator desse novo código florestal, dizia ele lá pelas tantas: “Você pode ir para os Estados Unidos”, respondendo alguém da Universidade Federal que se contrapunha a ele, de maneira correta no meu entendimento, “Você pode andar quilômetros e quilômetros nos Estados Unidos e você não vê uma árvore”. Mas que baita argumentação do relator! Eu convidaria ele para ir no Deserto do Saara que lá que ele não vai encontrar nenhuma árvore mesmo. Já tem deserto aqui no Rio Grande do Sul. estão aqui: praticaram crimes o Centro-Oeste; e agora no novo código florestal, querem autorizar que o desmatamento numa propriedade pode atingir até 80% da área, que depois esse ruralista, seguramente membro da UDR quase sempre, da oligarquia rural, certamente vai negociar com outros proprietários outras áreas para serem preservadas.

Olha, o legítimo madeireiro, o homem que vive da exploração da madeira, não agride o meio ambiente, ele preserva aquilo que é a matéria prima dele.

O que quero dizer, senhor presidente, é que nada mais vai restar daqui a pouco de matas e florestas aqui no Paraná. Nós deveríamos, através do governo, faço um apelo ao Líder Rossoni, aos deputados da base governista, por que não se elaborar um projeto dessa Assembléia Legislativa em conjunto para nós recuperarmos as terras aqui no Paraná com plantio de milhões e milhões de árvores?

Olha, os jovens que estão aqui são de Curitiba, muitas vezes eles lêem e têm notícia da degradação da vida aqui na Capital, mas por que acontece tudo isso, senhor presidente e senhores deputados do País, como

Fernando Henrique Cardoso, neo-entreguista, tinham os antigos entreguistas, esse é o neo-entreguista que comanda o Brasil nesse momento.

Eles, por exemplo, abrem as fronteiras, aí você importa da China os tecidos e você mata o plantio do algodão lá no Vale do Ivaí, na terra do Pessuti. E aí as pessoas esfomeadas, sem rumo, sem poder ganhar o pão de cada dia, e os proprietários sem viabilidade econômica, se dirigem para cá, para Curitiba, degradando os centros urbanos maiores. Essa migração se faz ano após ano, sem nunca ter uma política racional aprofundada, inteligente, para se coibir tudo isso que está acontecendo. E aí aparecem esses deputados querendo destruir a Amazônia. Já está provado que o solo da Amazônia na sua grande maioria, na maioria das terras agricultáveis da Amazônia, não se prestam à agricultura como nós conhecemos aqui no Sul do País. Mas os interesses dos ruralistas, os interesses desses que só visam o lucro, caminham na direção da agressão ao meio ambiente, na distribuição da terra. E nós estamos vendo isso. Agora, vem um deputado e diz que tem regiões onde não existem nenhuma árvore. Vi um documentário há dias passados do Rio Okavango, na África, no continente africano, milhares de quilômetros eram percorridos pelo Rio Okavango até o mar, hoje ele não chega mais ao mar porque os homens impediram que isso que estava acontecendo a milhões de anos, fosse interrompido nesse momento, porque lá também os ruralistas muito preocupados com a fome que existe no mundo, estavam fazendo a degradação total do meio ambiente.

Concedo um aparte ao primeiro orador solicitante, deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Waldyr Pugliesi, agradeço o aparte que me concede e faz jus à sua indignação, com relação a essa questão.

Ouvi, como Vossa Excelência, debate na Rádio CBN, quando me dirigia à Assembléia, entre o nobre deputado Moacir Micheletto, a quem tenho uma admiração, e o professor de Ciências Florestais da Universidade Federal do Paraná, doutor Miguel. O Código Florestal, realmente, está ultrapassado, mas não vale a argumentação de que o Código Florestal estabeleceu para áreas agricultáveis 80% de possibilidade de exploração, ou sejam desmatamento, com 20% de área de reserva legal, até porque se isso tivesse validade, nós teríamos em todos os Estados brasileiros, no mínimo 20% de área florestal nativa. Não temos. Não temos essa totalidade.

A questão da Amazônia não pode ser decidida - acho que aí está o âmago da questão, central, a rediscussão do Código Florestal -, tratada apenas e tão somente como uma mudança no Código Florestal. É muito pequena essa discussão para tratar de um assunto de tamanha importância, que não é do País, é internacional. E como dizia um ouvinte que se pronunciou, através de um e-mail enviado à rádio, se quiserem preservar a

Amazônia, se é preciso preservá-la, que esse custo seja rateado com toda a sociedade que dela necessita. Mas não pode em absoluto e eu tenho uma discordância, da mesma forma que o senhor tem com relação a esse relatório, para a modificação do Código Florestal, porque não é possível mudá-lo apenas na sua esteira, colocando como subterfúgio e que é preciso dar a oportunidade para expandir as fronteiras agrícolas do País, porque o País está importando alimentos, deputado Pessuti. É lamentável. Não podemos aceitar isso. O senhor levantou essa questão, ontem, deputado. Acho que todos os Parlamentares do Brasil - está aqui o deputado Pessuti que foi eleito agora presidente da Unale - deveriam levantar essa questão a nível nacional. É uma discussão muito mais profunda. A biodiversidade que existe na Amazônia não é patrimônio apenas do Brasil, é da humanidade.

Não podemos imaginar que em nome da exploração agrícola, possamos então, em nome de cinco, seis ou dez fazendeiros, têm pessoas, deputado Waldyr Pugliesi, cuja propriedade na Amazônia chega na casa dos 175 mil hectares - e se confunde o que é área de preservação permanente como área de reserva legal. Área de reserva legal pode ser explorada, ser feito plano de manejo, aproveitar economicamente. Área de preservação permanente, que se entende área, que deva ser patrimônio de todos, é intocável.

Essa conversa mole de se alterar o Código Florestal a despeito de preservar economicamente o meio ambiente equilibrado, isso não existe. Temos que discutir essa questão.

Está de parabéns Vossa Excelência. E a sua indignação, tenho certeza absoluta, será a indignação da sociedade brasileira, ao saber que no Código Florestal, agora, pode constar que 50% da área da Amazônia poderá ser livre de exploração e desmatamento e que não é agrícola.

Peguem as grandes áreas devastadas desse País, não as pequenas, não o pequeno agricultor, que às vezes têm que tirar um alqueire de madeira ou fazer o desmate de um alqueire para produzir. Essas áreas são exploradas na madeira que existe em cima e depois essas áreas são largadas, porque o objetivo número um é a exploração.

Desculpe me alongar no aparte, deputado Waldyr Pugliesi, mas gostaria de contribuir e me solidarizar com Vossa Excelência que, através da sua indignação, coloca uma questão que é justa para o País e não apenas para o Congresso Nacional ou apenas para um deputado que vai fazer a relatoria de uma matéria tão importante até mesmo para a humanidade.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Alguns meses atrás uma declaração do presidente da república me deixou preocupado. Dizia ele que iria transformar o Brasil em uma nação grande, exportadora

de madeiras. Isto é abrir a porta para os malaio da Ásia, que já acabaram com tudo lá e agora estão fazendo a sua ação criminosa aqui no nosso País.

É preciso que todos os Parlamentares, todas as câmaras municipais pudessem se somar nessa empreitada de defesa daquilo que temos. Temos 200 milhões de hectares que estão inaproveitados para a agricultura ou mal aproveitados.

Não precisaríamos fazer essa agressão que está sendo feita. Sem o código novo está se fazendo nesse momento.

O exército brasileiro, ao invés de ser colocado contra os caminhoneiros, contra os sem-terra, contra os professores, contra as manifestações legítimas da sociedade, deveria ser colocado, sim, constitucionalmente, em defesa do País, para preservar a Amazônia, senão não teremos solução para este problema.

Lembro quando vinha lá do norte do Paraná, anos atrás, olhando para as florestas que margeavam a estrada de Arapongas a Curitiba. Onde elas estão hoje? Lembro-me uma vez, fui procurado por um grande proprietário de Santo Inácio. Ele tinha, na época, 4 mil alqueires paulistas. Pois ele veio pedir a minha interferência junto ao governador da época, porque precisava fazer a derrubada de mais 4 alqueires para colocar 24 cabeças de gado. Perguntei: “Por quê você quer tanta cabeça de gado?” Em seguida, com a minha contrariedade, inclusive em uma reunião aberta, o assunto parou. Mas depois, os alqueires de terra foram derrubados.

Esse Instituto Ambiental do Paraná, precisa ser fiscalizado de perto, porque lá na região você vê, por omissão ou criminosa, se autorizando, inclusive dentro dos municípios, a eliminação de árvores que não deveriam ser eliminadas.

Concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Caro deputado Waldyr Pugliesi, é importantíssimo o assunto que coloca em debate nesta Casa. Mais do que discutirmos a questão da mudança do código florestal, principalmente nos percentuais que está sendo proposto.

Tenho uma preocupação de muito tempo. Já levantei esta questão em legislaturas anteriores aqui nesta Casa, com relação à questão da área de preservação permanente, que já outras legislações prevêm e não são cumpridas.

O que vem ocorrendo ao longo do tempo, é que quando se propõe que 20% da propriedade rural fique como área de preservação, é que esta área não fica também caracterizada como área que não pode ser negociada.

Então, o que vem ocorrendo ao longo do tempo, o proprietário deixa 20%, pede autorização, e passado algum tempo ele coloca esta área à venda. O novo proprietário que compra acaba também tendo o direito de desmatar 80%. Então, no lugar de preservarmos 20% -

que já é muito pouco, como Vossa Excelência tem levantado - acaba se preservando aí 2%, 5% da área.

Por isso que houve e é o que o deputado Augustinho Zucchi levantou anteriormente, houve um desmatamento desregrado em todo o País.

Acho que além da preocupação que Vossa Excelência levanta dos percentuais que estão sendo alterados com o novo código, também há necessidade de lutarmos e somarmos esforços para que haja também inclusão na lei, a proibição da comercialização dessa área de preservação permanente. Também levantei aqui, se Vossa Excelência lembrar, a questão de dois meses atrás, uma preocupação de que nessas áreas de preservação permanente está havendo invasões, principalmente no Estado do Paraná. Invasões de terra pelo MST. O que é pior, vemos os órgãos de preservação do Estado do Paraná e também do governo federal fazendo vistas grossas, quando há essas invasões. Estão desmatando praticamente toda a área de preservação permanente de muitas propriedades rurais do Estado do Paraná.

Esse tema que Vossa Excelência levanta, é de grande importância, e que devemos dar continuidade para que possamos realmente dar uma contribuição importante para preservar as matas do Estado do Paraná.

O SR. WALDIR PUGLIESI

Acho que muita coisa tem que ser feita. É preciso que esse assunto não seja motivo de algumas discussões de uma quinta-feira cinzenta, que espero que possa se tornar como “o sonho do poeta numa radiante manhã de sol de domingo”, para conseguirmos alguma coisa.

Fui prefeito de Arapongas, durante anos, o índice do ICMS Ecológico de autoria do nosso companheiro Beraldin, de (Arapongas era maior inclusive do que de Curitiba, que é a Cidade Ecológica. Podem acompanhar isso no Diário Oficial da época em que eu estava na prefeitura).

Então falamos e procuramos fazer na prática alguma coisa a respeito disso. Mas o assunto é extremamente grave, é preciso que ele não saia dos editoriais dos jornais. Aqui entra o papel extremamente importante da imprensa como um todo, que ela pode fomentar esta discussão no sentido de mudarmos isso que está acontecendo. Se não, o deputado “motosserra” que está aí, afinadinho, já ele vai ter muitos companheiros, e aqueles que só têm lucros, que estão com as mãos livres para agirem.

O Sr. Beraldin

O assunto é de extrema importância e tenho visto com satisfação muitos deputados aqui da Assembléia Legislativa do Paraná usando as tribunas, se pronunciando a favor do meio ambiente no Estado do Paraná. Em 1991 aprovamos a lei do ICMS Ecológico que trouxe um equilíbrio, conseguiu compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental. Então a lei do ICMS Ecológico em 92, premiava 52 municípios. Hoje

ela está premiando 218 municípios. Por quê? Porque 400 novas áreas de preservação permanentes foram criadas. Então, mais municípios passaram a receber o ICMS Ecológico. Muito bem.

Mas, não podemos nos esquecer que semana passada ocupei a tribuna mostrando um fato concreto. Fui pessoalmente na Fazenda Zugman - em Furnas no Paraná e verifiquei que 600 hectares de terra, mata virgem, madeira nobre: canela brava, jau já foram derrubadas e as toras estão sendo levadas para Santa Catarina. Tem outras denúncias de que madeiras também de Santa Catarina venham ao Paraná buscar essa madeira nobre, porque lá em Santa Catarina eles têm mais dificuldades para obter a autorização do desmate.

E Vossa Excelência abordou bem. E realmente a estratégia é essa, 300 metros na encosta de BR está preservando muitas áreas. Mas se você entrar um Km para dentro da fazenda já não tem mais nada. Então, qual é o objetivo claro nessa questão de Furnas? Vai se tornar uma grande fazenda, já é uma grande fazenda. Quando não está sendo usada para fazenda, ela está sendo compensada com plantação de pinus. Ora, quando se planta pinus aí você está prejudicando a flora e a fauna e estamos destruindo com aquilo que é mais rico que é o pulmão do povo brasileiro.

Portanto, quero cumprimentar Vossa Excelência e dizer que encaminho à Mesa um voto de repúdio a este novo Código Florestal Brasileiro e que está sendo votado em Brasília. E espero poder contar com a Assembléia do Paraná como um todo para que se encaminhe à Câmara Federal e ao Congresso Nacional essa indignação que parte do povo do Paraná. Apresentei uma lei que deve ser votada nos próximos dias, que dá uma trégua para o corte de madeira nativa por 10 anos. O pinheiro, há um tempo recente, 50% da floresta nativa do Paraná era pinheiro. Hoje, na última pesquisa, temos 1% da floresta nativa de pinheiro. Então como não temos mais pinheiro, basicamente, não temos mais madeira de lei. Ofereci essa contribuição à Casa para que o Paraná tenha essa trégua de 10 anos, e esperamos poder contar com os deputados.

Quero comunicar à Casa que estou me encaminhando, semanalmente, a cada localidade do Estado para fotografar e para filmar, solicitando sempre o apoio da Polícia Florestal para verificar, *in loco*, a situação. E dentro em breve formarei um grande álbum onde vou poder apresentar a todos os paranaenses.

Obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Gostaria de agradecer a intervenção do deputado Beraldin, que tem ao longo de todos esses anos, na prática, tomado decisões, praticado ações que protegem o meio ambiente. Acho que não é diferente, no fundo, o desejo de todos nós, aqui.

Senhor presidente, agradeço a sua benevolência; dá uma demonstração de compreensão, porque esse assunto parece-me que é extremamente importante, tanto

é que os deputados, todos eles ouviram os debates, e aquilo que estou falando aqui, com atenção, faço um apelo para que aqueles que governam o Paraná e que têm na ecologia ao longo de todo esse tempo, centrado uma das suas propostas, vamos dizer até eleitorais, pode fazer muito, porque senão já, já, o governador Jaime Lerner, ao se dirigir ao Chapéu Pensador, vai encontrar lá um chapéu careca sem nenhuma árvore porque deputados motosserra por aí e outros estão na ação sem nenhuma consideração com o amanhã que temos que preservar para gerações futuras.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, na realidade não quero falar a respeito do evento de Porto Alegre, mas quero fazer aqui um comentário que de certa forma foi até abordado já pelo deputado Augustinho Zucchi.

Há questão de uns 10, 15 dias atrás, assisti na televisão, depois li nos jornais a manifestação do presidente da república, e na televisão assisti toda a euforia dele quando falava e anunciava uma super safra de grãos no nosso País. Aquilo me causou um constrangimento, um desgosto pessoal porque aquilo que estava se propagando não é verdade, senhor presidente. Nós, há muito tempo neste País não temos nenhuma super safra. E mais me motivou vir à tribuna hoje porque ontem recebi em meu gabinete, "Paraná, informações 2000 - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Departamento Técnico-Econômico", em que ele faz uma análise de toda a situação da produção da soja e do milho no Brasil e no mundo.

E aí constatamos o seguinte, que no caso do milho, por exemplo, estamos praticamente há sete anos produzindo na faixa de 30 milhões de toneladas, e os Estados Unidos praticamente dobrou nesse período a sua produção, e lá, evidentemente, não houve necessidade de se derrubar matas, de se incorporar novas áreas, não houve necessidade de se fazer isso ou aquilo, o que houve lá nos Estados Unidos foi sim, a incorporação de novas tecnologias, de novas sistemáticas de plantio. Evidentemente a pesquisa funcionou naquele país.

Se formos verificar na questão do soja, o nosso quadro também pouco se alterou ao longo desse período em termos de produção.

Então, fico indignado e quis registrar aqui no dia de hoje, esta indignação em relação a esse pronunciamento que fez o presidente da república dizendo que estávamos colhendo uma super safra, que não sei o quê, nada disso é verdade, é mais uma enganação em cima da população, e essa indignação fica mais forte dentro de nós, quando no dia de ontem assistimos aquele rolo

compressor, aquela pressão violenta, aqueles conchavos terríveis em cima de todos os parlamentares, para se aprovar um salário mínimo de 151 reais, e espero que esta Casa possa agir de forma diferente, quando for votar o salário mínimo do Estado do Paraná, já que a legislação federal permitiu que cada Estado vote o seu salário mínimo.

E finalmente, senhor presidente, já que hoje o tema é mais ligado ao setor agropecuário, quero registrar a Vossa Excelência e ao deputado Hermas Brandão, os agradecimentos dos deputados integrantes do Bloco Agropecuário, que tenho o privilégio de presidir nesta Casa, por terem, mais uma vez, acordado, consentido, em que o Bloco Parlamentar Agropecuário e a Assembleia Legislativa pudessem ser parceiros da Federação Paranaense de Associações de Criadores, a Fepac, na promoção, realização e organização da Expoutono, a Exposição Feira Agropecuária que acontece no Parque Castelo Branco nos dias 1, 2, 3 e 4 de junho.

Peço, portanto aos senhores deputados, que já reservem espaços em suas agendas para estes dias.

E também convido aos senhores deputados e aos presentes para o café da manhã, lançamento da Expoutono, que acontecerá no dia 30 de maio, aqui nas dependências da Assembleia Legislativa, no restaurante da Dona Dinah.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia, com satisfação, a presença do empresário Pedro Muffato, que nos honra aqui nesta manhã.

Gostaria de convidar o aluno Hêlvio Diogo Rodrigues, de onze anos, da 6ª série da Escola Estadual Maria Montessori, que quer ler uma correspondência a todos os senhores deputados.

Ele usará o Grande Expediente.

Com a palavra, Hêlvio Diogo Rodrigues.

HÉLVIO DIOGO RODRIGUES

Senhor presidente, senhores deputados!

Somos alunos de 6ª série da Escola Estadual Maria Montessori. Estamos aqui para fazer uma visita ao local onde são feitas as leis para o nosso Estado.

Aproveitamos a oportunidade para mostrar que sabemos dos problemas que o nosso Estado está enfrentando, mas, entendemos também que não é punindo nossos professores que estes problemas serão resolvidos.

Ouvi, de nossos professores, que a Secretaria de Educação acha que a greve é um ato de irresponsabilidade, mas, vocês acham justo que eles não tenham aumento de salário há mais ou menos cinco anos, além do que trabalham em escola mal equipadas, sem vale transporte nem assistência médica?

Sabemos que eles trabalham aos finais de semana, também. Será que a irresponsabilidade não está maior

nos nossos representantes que ao invés de cuidarem dos nossos direitos, entre eles a educação de qualidade, estejam envolvidos em escândalos de corrupção e quadrilhas de ladrões de carros e traficantes?

Não seria mais econômico cuidar mais de nossa segurança e justiça ao invés de usá-la para punir nossos professores?

Sabemos que vocês nos entenderão e entenderão os pedidos de nossos professores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças. Com a palavra PDT, PSB.

(Declinam)

Pelo PT, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados!

Ontem, durante à noite, já pude sentir a força da 1ª transmissão ao vivo da nossa sessão, quando pessoas comentavam, que haviam assistido nossos debates.

Mas, venho à tribuna para fazer a defesa de um projeto que já apresentaria há algum tempo e que tramitou por várias comissões recebendo parecer favorável de todas elas, projeto que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa “Criança na Escola”.

Este projeto nasceu de uma idéia da Secretaria de Ação Social do município de São Miguel do Iguaçu, e eu transformei num projeto de lei estadual e que tem como objetivo manter as crianças até a idade de 14 anos na escola. Por isso o programa chama-se “Criança na Escola”.

Este projeto está na Ordem do Dia, em votação, já tive uma conversa preliminar com o deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, para que seja aprovada em 1ª discussão.

Na 2ª discussão nós adiaremos, para outros debates internos, ainda na Assembleia.

O projeto portanto, procura manter as crianças na escola, pagando as famílias que as mantêm, sejam pais, tios ou mães adotivas, famílias temporárias, mãe social, ou ainda aquelas crianças que estejam em instituições que cuidam ou a famílias emprestadas, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, para que estas famílias recebam o pagamento de água e luz, a fim de manter estas crianças na sala de aula. Metade seria pago pelo município e metade pelo Estado do Paraná, que seria o estimulador deste programa.

Então, diz o projeto:

(Lê):

“Art. 1º - Fica através da presente, autorizado o Estado do Paraná, através da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, a instituir o programa Criança na Escola.

§ 1º - O programa auxílio às famílias carentes para que mantenham seus filhos e outras crianças sob sua guarda ou proteção na escola, em convênio com as Prefeituras Municipais, Copel e Sanepar, na forma que dispõe.

§ 2º - O auxílio referido se dará com o pagamento das tarifas sociais do consumo de energia elétrica e de água.

§ 3º - Os custos tarifas sociais serão divididos em metade para o Estado do Paraná e metade para o Município, na forma em que o convênio entre si estabelecer.

Art. 2º - O programa atenderá às famílias carentes que preencherem os seguintes requisitos:

- a) Residir no município no mínimo 3 (três) anos;
- b) Tenha uma única residência, cuja área construída seja inferior igual ou inferior à 60 m2 (sessenta metros quadrados);
- c) A renda bruta constituindo na somatória dos rendimentos das pessoas que ali residem, não poderá ser superior a 3 (três) salários mínimos mensais.
- d) As crianças menores de 14 anos morando na residência, deverão ter comprovado a matrícula e frequência à escola”.

Muita gente vai dizer...

O SR. CESAR SELEME (Pela Ordem)

Senhor presidente, queremos comunicar à presidência e a esta Casa que contamos com a presença honrosa do deputado do Rio Grande do Sul, Francisco Appel, presidente da CPI do Roubo de Cargas daquele Estado. Está vindo a este Estado para trazer informações, documentos, bem como levá-los daqui do Paraná para o Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo a esta Casa, nós, que fomos tão bem recebidos, recentemente em Porto Alegre.

O SR. IRINEU COLOMBO

Seja bem -vindo, deputado.

Então, continuando, se você analisar os critérios estabelecidos neste projeto, vai colocar a seguinte questão: então, todo mundo que estiver no Programa “Criança na Escola” vai poder usar água e luz à vontade? Não! Temos os limitadores legais, que o pagamento de tais benefícios, pela Copel e Sanepar, serão remetidos os valores diretamente à Secretaria Municipal de Ação Social, metade o Estado paga e metade o município. Mas estas faturas não poderão ter mais que 160 KW mês e não mais que 10m3 de água. Caso contrário, as faturas não irão mais para a Secretaria de Ação Social, e sim para a residência e à casa. E também a cada 6 meses o serviço de cadastramento das Secretarias Municipais de Ação Social farão o levantamento de dados, se as crianças estão frequentando a escola, se as famílias estão atendendo os critérios de casa de, no máximo 60m2, salário

de no máximo três mínimos, enfim, os critérios a cada 6 meses serão checados.

Portanto, teremos um programa que atenderia ao princípio da Lei Orgânica da Ação Social, que é não dar ajuda no gabinete do prefeito e não dar somente alimentação, mas você dá o básico para a família, que é luz e água, que é hoje, absolutamente necessário, necessidade básica no Estado.

Aproveitando, ainda, para dizer aos senhores deputados de que se este programa estivesse em vigor no Estado do Paraná, aquela senhora de Guaíra a quem já me referi aqui, que perdeu dois filhos porque sua casa pegou fogo, e a casa pegou fogo porque ela é uma senhora viúva, não tinha dinheiro para pagar a tarifa de luz, passou a usar vela e evidentemente não temos mais o candeeiro antigo que tinha toda aquela proteção. Temos velas improvisadas. Improvisou uma vela, saiu na casa da vizinha e quando voltou a casa dela já estava em chamas, porque a vela virou e pegou fogo no enxoval, nos panos junto ao quarto e queimou as duas crianças.

Então, veja, uma pessoa como esta estaria no programa, e pelo menos a sua energia elétrica e sua água estariam garantidas, além da frequência das crianças na escola.

Senhor presidente, senhores deputados, estamos neste momento num grande esforço nacional para manter as crianças na escola, para diminuir ou eliminar a prostituição infantil, a delinquência e manter, enfim, dar uma luz para as crianças do Brasil. Um programa como este é complementar ao programa que o Estado do Paraná já tem, que é o programa de distribuição de cestas básicas, porque vai, num viés familiar de luz e água, e divide a responsabilidade com os municípios que poderão gerenciar melhor porque conhecem melhor a realidade e não fica só encargo orçamentário para o Estado do Paraná.

Portanto, ele não é, não tem programa similar no Estado do Paraná. Ele tem um programa que atende a demanda do ponto de vista alimentar, que é interessante, é importante, atende vários municípios do Paraná, mas ele trabalha na perspectiva que a família assuma a responsabilidade. Quais são as responsabilidades da família? Manter os filhos na escola, economizar luz e água, caso contrário não serão atendidos pelo programa. Este é um compromisso interessante, porque mexe no bolso e também tem um compromisso ecológico na medida em que se economiza água e energia elétrica.

Então, gostaria de ver aprovado pela Assembléia um programa autorizatório, mas mostra que esta Assembléia Legislativa e eu, particularmente, que tenho uma militância em prol dos programas de atenção às crianças, estamos dando idéias, demonstrando vontade e não fazendo mero assistencialismo, mas sim dando oportunidade para as famílias se incorporarem aos critérios e sejam beneficiadas com estes programas que são direitos sociais e não assistencialismo puro e simples.

Espero que a Assembléia dê uma demonstração ao Paraná do seu interesse pelas crianças e pelas famílias

carentes na medida em que associa atendimento para carências e permanência das crianças até 14 anos na escola.

Então estamos combinados, aprovaremos em primeira votação e a segunda votação levaremos até os debates finais nesta Assembléia para que o governo sancione o presente projeto de lei, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justos**)

Ainda no Horário das Lideranças: PFL, PPB, PST, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(**Declinaram**).

Há sobre a Mesa requerimento do deputado Hidekazu Takayama que requer licença para tratamento de saúde por 121 dias, conforme atestado médico anexo.

Esta presidência coloca o requerimento em discussão, em votação. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado**.

Face à aprovação da licença do senhor deputado Takayama por 121 dias, convoco o senhor Nelson Tureck, suplente, para prestar o compromisso regimental.

Encontra-se presente o senhor Nelson Tureck e convido-o neste instante para prestar o compromisso regimental junto à Mesa da Assembléia, solicitando ao líder do seu partido, deputado Plauto Miró Guimarães que o acompanhe até esta presidência.

Solicito aos senhores deputados que permaneçam em pé para ouvirmos o juramento e o compromisso do deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Prometo guardar a Constituição Federal e Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso Estado.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Declaro empossado o deputado Nelson Tureck e solicito que ele ocupe a sua cadeira neste Plenário.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, solicitando que seja retirado o nome do senhor deputado da CPI dos Medicamentos em razão de que o mesmo está incluído no quadro da CPI do Roubo de Cargas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando que se

marque uma Sessão Solene pela passagem dos 75 anos da chegada dos Irmãos Maristas em nosso Estado, denominado Encontro 2000. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 781, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente, requerendo licença para tratamento de saúde de 121 (cento e vinte e um) dias, conforme atestado médico. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Estado do Paraná, a conceder auxílio as famílias carentes, instituindo o Programa Criança na Escola, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/99, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a APMI, Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, com sede e foro no município de Planalto. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia Anti-tóxico no município de Maringá. COM PARECERES

FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. EMENDA DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA S.P. **Aprovado.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 644/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância e a Família, APMIF, com sede e foro no município de Campo Magro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do Detran/PR a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Mandaguçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. **Aprovado.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação Atlanta de Desportos, com sede no município de São Pedro do Ivaí e foro no município de Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a U.D.F., União dos Deficientes Físicos, no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que concede o título de Cidadão Honorário ao Pastor Lupércio Vergniano. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 751, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 752, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, com apoio do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 753 e 754, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 755, 756, 786, 788 e 789, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 757 e 758, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 761 a 764, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 765, 766 e 769, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 770, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 772, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 775, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 777, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 779, de autoria dos senhores deputados Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk, Moysés Leônidas e Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 780, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 787, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a sessão esta Presidência comunica e convida os senhores deputados, para a Sessão Solene, hoje, à noite, em Maringá, às 20:30 horas, onde será outorgado o título de Cidadão Honorário do Estado, ao ex-prefeito João Paulino. Vários deputados e a Mesa Executiva estarão presentes ao ato.

Aproveito a oportunidade para lembrar que, no departamento médico da Casa, está sendo aplicada a vacina contra a gripe aos funcionários e deputados da Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 026, 569, 612/99, 077, 108 e 110/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 057, 270, 568, 641, 644, 648/99, e 082 e 105/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON JUSTUS, COM APOIAMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS LUIZ CARLOS ZUK E LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 11 DE MAIO DE 2000.

“Em defesa de Anibal”

Jornal Indústria e Comércio

A memória dos homens públicos, ao lado dos acontecimentos históricos, é um dos legados que compõem a herança cultural capaz de operar a transformação de um agregado amorfo de pessoas em povo. Essa laboriosa construção do tecido social está em andamento no Paraná, estado de formação recente na constelação brasileira e que aos poucos vai superando sua condição de simples “terra de caminhos”, para ganhar identidade própria como uma das sociedades mais promissoras do Brasil contemporâneo.

As referências injuriosas assacadas contra o deputado Anibal Khury, no curso de audiência de uma subcomissão da CPI do narcotráfico, na cidade de Foz do Iguaçu, revela o risco de que um instrumento da democracia representativa resvale para o abuso macartista, como advertiu oportunamente o desembargador presidente do Poder Judiciário do Paraná - quando feitas por pessoas condenadas ou processadas na Justiça. A biografia do denunciante é suficiente para desqualificá-las.

É preciso dar um basta a tais detratores e àqueles que lhes ensejam publicidade, movidos por inspirações inconfessáveis ou ideológicas. Porque esses detratores, em vida de Anibal, nunca tiveram coragem de assacar-lhe tais acusações infamantes - contidos sempre pela presença vigorosa daquele que por meio século influenciou os destinos do nosso Estado.

Seu poder decorria menos de cargos que do seu talento político - embora ele tivesse exercido seguidos mandatos de deputado estadual, de presidente da Assembleia Legislativa e atuado como governador interino do Paraná. Mesmo cassado pelo regime militar, exercia expressivo poder gravitacional entre a classe política paranaense.

Dotado de amadurecida paciência, sabia tolerar as impertinências e resguardar-se das ingratidões, preocupado antes de tudo em realizar sua missão de construir o bem comum.

Senhor de uma capacidade de articulação impressionante que, conquanto parecendo estar sempre à frente do seu tempo, operava com os pés firmemente calcados na realidade. Credor de tantos benefícios prestados à gente do Paraná, não pode ter sua memória conspurcada, sobretudo depois da morte.

Bem por isso os gregos do tempo de Sólon, o sábio legislador ateniense, condenavam por impiedade aquele que atentasse contra a memória dos mortos - porque estes não podem mais se defender. A lição foi recolhida por outros povos que inscreveram sanções em seus códigos legais contra os que assacam acusações contra os que já morreram.

Se a lei penal não puder ser aplicada neste caso, com certeza a reprovação moral da nossa consciência coletiva há de vigorar.

É da mais elementar obviedade que com Anibal vivo o denunciante não teria a audácia de acusá-lo e se o fizesse - em decorrência de um ato insano - Anibal teria uma legião incontável de defensores. Morto, já são escassos os defensores. Este jornal o acompanhou em muitas lutas que entendíamos vitais para os interesses de nosso Estado, mas também várias vezes divergimos de suas posições.

Como todo homem público, Anibal Khury não esteve imune a ataques e acusações. É da natureza da vida política que assim seja. As questões contra ele levantadas na sessão da CPI - mentirosas e fantasiosas - tiveram com certeza fulcro na presunção de impunidade de seu obscuro autor.

Morto não pode se defender. Esta tarefa, agora, é de seus amigos e companheiros de lutas paranistas. Para o Indústria & Comércio, na apreciação de pessoas, vivas ou mortas, no poder ou fora dele, prevalecerá sempre o princípio indeclinável da justiça que é o fundamento de qualquer ordem civilizada. Vale repetir o que está consagrado em nossa carta de princípios, coetânea da fundação deste jornal: “O caráter - e não a riqueza, o poder ou a posição social - constitui o supremo índice do valor humano”.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 063/2000

I - exonerar, a pedido, SÔNIA GORETTI DE OLIVEIRA CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de

Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de abril de 2000;

II - exonerar, a pedido, MARIA LILIAN D'AMARAL BORCHARDT, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de abril de 2000;

III - prover, MARIA LILIAN D'AMARAL BORCHARDT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de abril de 2000;

IV - prover, AIRTON CÉSAR SANTIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de abril de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1502/2000)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.04.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 093/2000

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do imposto de renda na fonte, dos proventos de aposentadoria de ANTONIO CARLOS SANTOS DE LACERDA, matrícula 603, na forma do Artigo 30 da Lei Federal de nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme o inciso, do Artigo 40 do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal de nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o § 2º, do Artigo 30, da citada lei federal.

(Prot. nº 999/2000)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.05.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 51/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, ZADRA MOCELLIM CEC-CON, perícia médica e comprovação diagnósticas;

paciente em condições de trabalho, a partir de 21.03.2000. (C.I.D. I.10E.10).

(Prot. nº 3462/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.05.2000.

PORTARIA Nº 58/2000

colocar, a disposição da Secretaria de Estado do Governo, a servidora deste Poder Legislativo, MÁRCIA REGINA ABBA ROMERO, para prestar serviços junto a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, sendo com ônus para o órgão de origem até 31.12.2000.

(Prot. nº 3690/2000)

PORTARIA Nº 59/2000

colocar, a disposição da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o servidor deste Poder Legislativo, MARCELO MARTINS DO PRADO, para prestar serviços junto ao gabinete do secretário, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 3691/2000)

PORTARIA Nº 60/2000

colocar, a disposição da Secretaria da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, a servidora deste Poder Legislativo, SIMONE TONINELLO, para prestar serviços junto a esta Secretaria, a partir de 06.04.2000 até 31.12.2000, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 3692/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.05.2000.

PORTARIA Nº 61/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, de trinta (30) dias, a partir de 18 de abril de 2.000 (C.I.D.J.84).

(Prot. nº 3410/2000)

PORTARIA Nº 62/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, MARIA DE LOURDES REQUE, de trinta (30) dias, a partir de 02 de maio de 2000. (C.I.D.0216).

(Prot. nº 3461/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.05.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral